

MARIA CRISTINA RAMOS BORGES

**RONDÔNIA:
O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA
EMANCIPAÇÃO DO ESTADO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL da Universidade Estadual de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística

Orientador : Prof. Dr. Sírio Possenti

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL
2000**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

MARIA CRISTINA RAMOS BORGES

**RONDÔNIA:
O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA
EMANCIPAÇÃO DO ESTADO.**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL
2000**

UNIDADE	SP
Nº CHAMADA	UNICAMP
	B644r
V	EX
TOMBO BC/	48732
PROC.	06-837102
C	1
PREÇO	R\$11,00
DATA	01/05/02
Nº CPD	

CM00167014-B

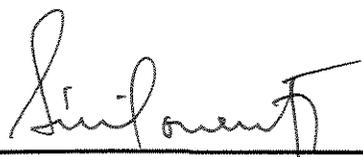
1B ID 239239

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B644r	<p>Borges, Maria Cristina Ramos Rondônia: o funcionamento do discurso da emancipação do estado / Maria Cristina Ramos Borges. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.</p> <p>Orientador: Sírio Possenti Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Democracia. 2. Ditadura e ditadores - Brasil. 3. Análise do discurso. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

A presente dissertação, submetida à Comissão Examinadora abaixo assinada, foi aprovada para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Campinas, 14 de agosto de 2000.



Prof. Dr. Sírío Possenti – Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima V. Gregolin

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Este exemplar e a redação final da tes
defendida por Maria Cristina

Ramos Borges

e aprovada pela Comissão Julgadora e

28/03/02

Sírío Possenti

Aos meus pais, *in memoriam*...

AGRADECIMENTOS

- *ao Prof. Dr. Sírio Possenti* que guiou-me pacientemente e soube compreender todos os problemas que surgiram durante a elaboração deste trabalho e que me ensinou muito além dele, principalmente que não se deve desistir nunca;
- ao companheiro Moreira, amigo das horas difíceis, sempre pronto a ouvir-me e discutir comigo as incertezas que surgiram no período de elaboração desta dissertação, incentivando-me a não desistir, apesar dos problemas;
- à UNICAMP, por ter possibilitado, através do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, uma aproximação da Região Norte do Brasil com um dos maiores centros culturais da América Latina;
- à Prof. Dr^a Maria do Rosário de Fátima V. Gregolin, pela amizade e contribuições durante o processo de defesa deste trabalho;
- ao Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo, pela simpatia e companheirismo.

SUMÁRIO

Resumo	13
Introdução	15
Capítulo I: Apresentação do Tema	19
1.1. Questões preliminares.....	19
1.1.1. O Tema.....	19
1.1.2. O Problema.....	20
Capítulo II: Pressupostos Teóricos	23
2.1. Posições iniciais.....	23
2.2. Quadro Teórico de Referência.....	26
2.3. Metodologia e <i>Corpus</i>	35
Capítulo III: Condições de produção do discurso da emancipação	37
3.1. Território e Estado – aspectos diferenciadores.....	37
3.2. Elementos históricos sobre Rondônia.....	40
3.2.1. O Território Federal de Rondônia (ex-Guaporé)	41
3.2.2. O Estado.....	44
Capítulo IV: Análise dos discursos oponentes na construção discursiva da emancipação.....	51
4.1. O “Nós” político e a não-pessoa discursiva.....	51
4.2. O “povo” como representação discursiva do outro.....	64
4.3. A representação lexical do contrário	70
4.4. O funcionamento discursivo da negação.....	75
4.4.1. A negação externa.....	76
4.4.1.1. A negação do discurso do outro.....	76
4.4.1.2. A negação do pré-construído do <i>outro</i>	78
Conclusão.....	81
Abstract	85
Bibliografia.....	87

RESUMO

Este trabalho pretende rever um período histórico do ex-Território Federal de Rondônia, com o objetivo de esclarecer as práticas discursivas daquele tempo, direcionadas ao processo de emancipação do Estado. Nada mais adequado, portanto, do que a Análise do Discurso, uma vez que ela permite trabalhar ao mesmo tempo com a lingüística e com a história. A proposta de análise deste trabalho é filiada à linha francesa da análise do discurso, onde o *como se diz* é o fio condutor da compreensão dos sentidos. Considerando a opacidade da linguagem e que os sentidos produzidos são oriundos da língua, inscrita na história, tentaremos compreender os discursos dos sujeitos envolvidos no processo de emancipação do Estado de Rondônia, inscritos em diferentes formações discursivas: por um lado a manutenção da ditadura militar – onde a interdição do processo eleitoral era prática dos que detinham o poder e, por outro a tentativa de instauração da democracia no futuro estado, com eleições diretas para todos os cargos, como preconizava a ‘abertura democrática’ do então presidente João Baptista Figueiredo. Estamos, então, no período cronológico compreendido entre os anos de 1979 e 1981.

O trabalho se compõe, basicamente, de quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o seu tema e o problema levantado. O segundo capítulo é a preparação da análise e constitui-se de exposição das questões teóricas e metodológicas que embasarão todo o trabalho. Em seguida apresentamos, como terceiro capítulo, as condições de produção do processo de emancipação, que dividimos em duas partes: a primeira trata de uma análise jurídica e comparativa dos dois termos em questão – Território e Estado – onde procuramos ressaltar seus aspectos diferenciadores; na segunda, tratamos dos elementos históricos sobre Rondônia e a preparação para a emancipação. Por último, apresentamos um quarto capítulo onde desenvolvemos a análise dos discursos que constituem o *corpus* do trabalho. Nesta parte estão inseridos os discursos de Jerônimo Garcia de Santana – deputado federal pró-democracia, filiado ao antigo MDB (hoje PMDB) e de Odacir Soares – deputado federal pró-ditadura, filiado à antiga ARENA (depois PDS), ambos representando Rondônia na Câmara Federal.

Nesta quarta parte, tentamos compreender quem são os “nós” tantas vezes evocado nos discursos dos deputados federais envolvidos e o que essas falas produziavam como efeitos de sentido e como eficácia na divisão do poder. Veremos, então, quantos sentidos pode ter um “nós”, em diferentes níveis referenciais, ou seja, em relação ao sistema, à coletividade dos rondonienses ou ainda a segmentos definidos da sociedade. Veremos ainda quantos sentidos pode ter o “povo”, sempre levando em destaque a questão da heterogeneidade e, por fim, o funcionamento

discursivo da negação, muitas vezes presentes nos discursos dos deputados envolvidos, como também em algumas falas do então governador do Território Coronel Jorge Teixeira de Oliveira. Veremos, principalmente, como os jogos políticos de persuasão conseguem ou não apagar o que se pretendia de democrático naquela época específica dos governos militares.

Enfim, tentamos neste trabalho explicitar os lugares em que esses vários efeitos de sentido se formam, bem como compreender seus mecanismos de funcionamento. Além disso, tentaremos dar subsídios para a melhor compreensão dessa fase política do Estado de Rondônia não somente como ela é contada, mas também como ela é falada pelos que dela participam, como ela se faz, fazendo-se neste ou naquele sentido.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Democracia. 2. Ditadura e ditadores – Brasil. 3. Análise do Discurso.

INTRODUÇÃO

Penso que devo iniciar este trabalho buscando na memória uma pergunta que me foi feita pelos alunos de uma turma do curso de História para a qual eu lecionava, em regime de consórcio com outros professores a disciplina História de Rondônia, na Universidade Federal de Rondônia, em Rolim de Moura. E eles desejavam saber como havia sido, na história do Estado e sua emancipação, enfim, como se deu o processo. Confesso que não soube responder-lhes. Entretanto, a curiosidade aguçou-me o interesse e fui à busca de uma resposta. Só os fatos, entretanto, não me deixaram satisfeita. Durante a realização dos créditos do Mestrado em Lingüística, pela Unicamp, pude sistematizar meu objetivo, sob a orientação do Dr. Sirio Possenti, que me sugeriu elaborar um projeto de estudo do “discurso da emancipação” que englobasse o lingüístico e o histórico..

Devo considerar que até então não tinha tido oportunidade de conhecer a fantástica oportunidade que nos é dada por teorias do discurso (de descobrir os implícitos, lembrar o esquecido, relacioná-lo com outros explícitos, enfim, não tinha tido a oportunidade de conhecer a Análise do Discurso-AD). Descobri, a partir daí, que a língua, a História e a política formam um trio indivisível, uma vez que o homem, esse ser político, deve ser compreendido através de sua historicidade e que a discursividade é definida no interior da ideologia, que define, por sua vez, os interesses políticos. Sendo assim, pretendo, neste trabalho, empreender uma reflexão sobre o discurso como estrutura e como acontecimento (Pêcheux, 1990).

Os discursos políticos, como forma de ação, mediante seus jogos discursivos, carregados de argumentação, força persuasiva, construção de slogans, construção de personalidades carismáticas e tradições, sempre exerceram sobre mim atração e fascínio, porque neles se inscrevem os aspectos históricos e sociais de uma população.

Tornou-se, assim, extremamente interessante conhecer os discursos que procuravam desencadear uma nova situação no Território Federal de Rondônia, que ainda vivia sob a égide da ditadura do Governo Militar; era um período, portanto, em que o silenciamento da democracia, a interdição do dizer confrontava-se com um discurso reformista, pró-democracia, uma representação imaginária de oposição. Por outro lado, era acompanhado pela permanência do mesmo, um discurso de direita, pró-ditadura. Achei necessário, então, conhecer o discurso dos que se apresentaram – e ainda se apresentam – como responsáveis por esse fato político, procurando deslindar os interesses existentes por trás de tal medida e, sobretudo, os discursos que a justificaram, a informaram e produziram como desfecho a emancipação.

Este trabalho terá, portanto, dois recortes: um temático e outro temporal. Tentando buscar no tempo os “discursos fundadores” das oligarquias da época, estarei também estudando as estratégias discursivas utilizadas por tais grupos para ganhar terreno politicamente estando todos, naquele período, unidos em torno dos mesmos objetivos – a transformação do Território Federal em Estado e a vitória no pleito que se realizaria em 1982, quando seria eleito o primeiro governador do novo Estado.

Farei, inicialmente, um estudo dos aspectos que diferenciam o Território do Estado no Sistema Federativo, resgatando os motivos e os interesses políticos e nacionais que levaram o governo federal a criar os Territórios em pontos estratégicos do país. A base física do Território federal incorpora-se ao domínio da União sem autonomia administrativa, sem o poder de tributar, sem patrimônio e sem recursos financeiros próprios. O Território nem é autarquia, tampouco se autogoverna e a sua administração não cria direitos, por não dispor de organização legislativa própria. O Território, enfim, é governado pela União.

O Estado, por sua vez, tem autonomia e força política junto a Federação, conferidas pelo “poder da barganha”, com certeza um respeitável elemento persuasivo em política. Nos Territórios federais, a estratégia política da barganha é bem reduzida, uma vez que têm, no Congresso Nacional, pouca representatividade – dois deputados federais, na Câmara Federal; ao passo que os Estados têm, além dos deputados, em número maior, os senadores, em número de três por unidade da federação. Não há dúvida, portanto, de que as forças políticas multiplicam-se, quando se trata de um Estado da Federação. Levantarei tais diferenças por meio do que em Direito se chama de Teoria do Estado e da pesquisa em nosso sistema jurídico.

Para o estudo dos discursos políticos na época farei um levantamento na imprensa local, selecionando alguns textos produzidos durante o período compreendido entre os anos de 1979 e 1981 que veiculam matérias sobre o processo de criação do Estado um ano antes do previsto e durante a sua consolidação, a partir dos quais buscarei definir as posições e os grupos políticos em luta, circunstancialmente unificados em defesa da emancipação. Tais grupos eram, na verdade, efetivamente movidos por interesses diferenciados, cada qual desejando se credenciar como “herdeiro” ou “força nova”, “espólio” dos recursos antes aplicados na região por intermédio da União Federal. Além do material empírico apresentado por textos jornalísticos locais e pelas Atas do Congresso Nacional, contendo os pronunciamentos de deputados, pareceu-nos relevante analisar, também, além do próprio projeto do executivo, as atitudes dos agentes envolvidos no processo, confrontando-os com os discursos que tiveram maior repercussão na época.

Não é pretensão proceder ao relato estrito da história rondoniense, mas sim focar esse período da história como fato, acontecimento, isto é, focar discursivamente o período que culminou quando Rondônia, enquanto

Estado, passa a ser um “ponto maior” na Federação; tal fato será pano de fundo para a análise do discurso político que empreenderemos.

Obviamente, um recorte temporal na história, delimitando períodos específicos, somente se torna compreensível na medida em que fazemos referência a períodos anteriores e posteriores. Em consequência, um estudo prévio desses períodos relevantes deve receber o auxílio de historiadores e juristas, em virtude de que a região, objeto de nossas reflexões, é objeto de intervenções históricas que se cristalizaram em torno da construção da EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Esse estudo só será possível, se levarmos em conta o fato de que a memória não está só na mente dos homens, está também nos discursos que circulam numa sociedade.

A perspectiva assumida para a análise do material empírico recolhido é o da Análise do Discurso. Importa-me dirigir o olhar para esse material, verificando as condições de sua produção, os sujeitos em ação, os destinatários e a representação do Estado que perpassa os diferentes documentos que os locutores constroem para engajar uma população na luta por sua autonomia.

A análise tomará de Indursky (1997) o roteiro básico de trabalho com o “arquivo” constituído para a pesquisa, além de autores que darão o necessário embasamento teórico em relação à Análise do Discurso, como Pêcheux (1969), Foucault (1971), Maingueneau (1989), Bakhtin (1981), entre outros.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

1.1. Questões Preliminares

1.1.1 O Tema

Cinco décadas transcorreram desde a proclamação da República. A nação brasileira continuava com sua fronteira oeste vazia, estática, sem conseguir que o novo regime lhe desse ênfase colonizadora. Continuava sem identidade.

A caracterização dos objetivos geopolíticos da criação dos novos Territórios nas fronteiras do sul, oeste e norte - Amapá, Guaporé, Rio Branco, Ponta Porã e Iguazu, em terras retiradas dos Estados de Mato Grosso, Pará, Amazonas, Paraná e Santa Catarina – foi esclarecida com a posição do governo federal de imprimir fundamentação castrense à administração de todos eles, através do encargo de dirigi-los dado a militares das Forças Armadas nacionais. A idéia básica era preparar aquelas regiões periféricas para se incorporarem no futuro à União, na plenitude dos direitos dos demais Estados-Membros e zelar por aquelas áreas, consideradas de segurança nacional.

A identidade do Território Federal (TF) do Guaporé ocorreu quando foi criado em 1943, por Getúlio Vargas, que delimitou sua área geográfica com Territórios desmembrados de Mato Grosso e Amazonas tendo, então, organizado os limites da região que já era explorada desde 1912, quando do término da construção da EFMM - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O fato ocorreu, então, vinte e um anos antes do Golpe de Estado que acabou por instaurar o Governo Militar (1964), quarenta e um anos antes de seu término (1984) e quarenta e seis anos antes da primeira eleição direta para presidente da República após a ditadura (1989).

O TF de Rondônia viveu sob o poder dos governos militares mesmo depois de ter sido transformado em Estado em 1981, ainda sob o governo de João Batista Figueiredo, último presidente militar da República. Se as Forças Armadas instauraram o autoritarismo no Brasil, Rondônia também sofreu as conseqüências disso, tendo tido, também, de 1938 a 1984, dezoito coronéis nomeados pelo Governo Federal para administrarem o Território. No período entre 1938 e 1964,

militares eram nomeados porque a região era considerada área de segurança nacional. Após o golpe de Estado, as nomeações continuaram, com base no mesmo argumento, acrescido de outro, mais forte – as nomeações aconteciam porque o Presidente da República precisava ter absoluta confiança no governador, uma vez que “vultosas somas de dinheiro eram endereçadas ao Território/Estado”. Em função disso, era “imprescindível que o novo governador fosse nomeado” (DCN- Seção I, de 14.12.1981). O que se pode inferir desse argumento é que ninguém em Rondônia teria capacidade para exercer o governo do Estado, ou então, que todos os que pretendessem o governo pelo voto não eram suficientemente confiáveis para receber as grandes somas destinadas a Rondônia...

O período dos militares no comando do Território já foi motivo de muitos trabalhos acadêmicos de cunhos diversos, na maioria históricos. Do período específico de 1979 a 1981, que culminou com a sua transformação em Estado, pouco se falou. Ainda é possível, portanto, produzir conhecimento, teórico e mesmo empírico, sobre o seu funcionamento discursivo sem correr o perigo da redundância. Nossa proposta é, assim, examinar os discursos que fazem parte do processo de emancipação e, principalmente, aqueles que veiculam a tentativa de estender a Rondônia a tão propalada “abertura democrática”, de realizar eleições para governador no novo Estado em 1982, quando todos os demais Estados brasileiros estariam passando pelo mesmo processo. A nossa análise estará voltada, também, para o problema da desestruturação que o termo “eleição” causava nos meios políticos da direita durante a ditadura, onde o sentido de democracia havia sido silenciado. É comum ler-se nos discursos da oposição que: “Esse Governo (...) tem tanto medo de eleições quanto o diabo da cruz (...)” (DCN- Diário do Congresso Nacional, 09.09.1981).

O que está bem explícito nos discursos que vamos analisar, e que é nosso objetivo principal de análise é a tentativa da esquerda de apresentar uma emenda ao projeto do governo, onde se substituisse a palavra “nomeação” por “eleição”. Verificaremos a mobilidade discursiva ocorrida *pró-democracia e pró-ditadura*, ou seja, entre *eleição e nomeação*.

É, portanto, a essas duas situações – eleição e nomeação – que nos ateremos para a análise. Para facilitar o nosso trabalho, denominaremos o discurso que defende as eleições de “esquerda”, “oposição”, “pró-democracia”; ao que defende a nomeação daremos as denominações de “direita”, situação” e “pró-ditadura”.

1.1.2 O Problema

A nossa análise terá, pois, como pano de fundo o discurso político de uma época específica. Alguns questionamentos nortearão tal investigação e

podem ser expressos dessa forma: 1) há regularidades nos discursos do deputado de esquerda na Câmara Federal? Se houver, é possível a manutenção do mesmo discurso, resultando, daí, um discurso pró-democracia? 2) há regularidades nos discursos do deputado de direita na Câmara Federal? Se houver, é possível a manutenção do mesmo discurso, resultando daí o discurso pró-ditadura?

Em princípio, a análise incidirá sobre o **corpus** discursivo, tomando os discursos dos deputados em sua relação com sua interioridade. Resta saber se tais discursos se relacionam com outros discursos. Faremos, daí, um trabalho analítico voltado para a natureza externa do **corpus**, tomando-o na sua relação com a exterioridade, com o **discurso-outro**.

Em resumo, o embasamento de nossa investigação obedecerá à seguinte ordem:

1. O discurso do deputado de esquerda, na Câmara Federal, é uniforme e homogêneo, fechado em si mesmo? O mesmo ocorre com o deputado de direita?
2. O discurso do deputado de esquerda é heterogêneo, permitindo a inserção de outros discursos do campo discursivo? O mesmo ocorre com o deputado de direita?

Em relação ao *discurso-outro*, veremos como o “*nós*” pode promover a passagem do sujeito falante para sujeito político (Geoffroy (1985:6), nos discursos dos sujeitos envolvidos no processo, que se incluem/excluem nesse “*nós*”, que ora designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, ora os especifica. Quem serão os “*nós*” falados tantas vezes nos discursos da emancipação?

O que essas falas produzem como efeito de sentidos?

Veremos, portanto, quantas diferentes referências pode ter a palavra “**nós**” em relação ao sistema, à coletividade dos rondonienses ou a segmentos da sociedade. Quantos sentidos pode ter a palavra “**povo**” e como os deputados se apropriam dos discursos do “*povo*” para se fazerem seus porta-vozes. Apresentam-se ora falando do lugar institucional que ocupam, ora como sujeitos individuais, que expressam sua própria opinião. E, como estaremos tratando de Formações Discursivas em confronto pela divergência de posições ideológicas que as formam, achamos interessante tratar também das representações lexicais do **contrário**.

Por fim, trataremos do funcionamento discursivo da **negação** presente nas falas dos sujeitos envolvidos no processo de emancipação, tentando aprofundar a compreensão dos sentidos produzidos nesse processo discursivo, tendo em vista sempre a questão da heterogeneidade.

Nesses aspectos se centrarão as nossas atenções e as nossas análises. Tentaremos explicitar essas questões nas partes subseqüentes do trabalho, após fazermos uma breve diferenciação entre as duas instituições em estudo – Território e Estado – para que se possa compreender melhor os motivos e os discursos da emancipação. É necessário, também, contextualizar historicamente o período trabalhado. Faremos isso a seguir.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1. Posições iniciais

Segundo Pêcheux (1969), a Análise do Discurso surge de questões oriundas de uma determinada relação entre a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. Desse entrecruzamento surge, entre outras variantes, o dilema: há analistas do discurso mais ligados à sociologia, outros mais à psicologia, outros, ainda, à história. Entretanto, tendo surgido na França nos anos 60, é também lá que a AD teve uma orientação mais lingüística. A escola francesa surgiu não só de uma tentativa de suprir o que seria uma lacuna da Lingüística, que não levou em consideração a história, mas também pelo cruzamento de interesses de diversas ordens, que acabou produzindo um domínio de investigação original. É ainda na França que o conceito de **discurso** integra o sujeito ao funcionamento dos enunciados, afastando-o de seu papel de “produtor de sentidos”. Para isso colabora também a Psicanálise – que produz um deslocamento da noção de homem para a de **sujeito**, de um sujeito afetado pela língua e pela história.

Possenti (1990a) retoma uma conhecida formulação de Guespin ao distinguir o que é descrever a língua e o que é analisar o discurso:

Na chamada Análise do Discurso Francesa (...) a diferença entre analisar a língua e analisar discurso é incluir ou não as condições de produção na análise. Descrever um evento como “p”, onde “p” é uma sentença é descrever língua; descrever um evento como “x disse p” onde “x” é um locutor socialmente definido e ocupando uma certa posição na sociedade e “p” é uma sentença, é analisar o discurso.

Pêcheux (1969) define empiricamente a noção de “condições de produção”, colocando em cena, além dos protagonistas do discurso e o seu ‘referente’, que permitem compreender as condições (históricas) da produção de um discurso, do esquema de Jakobson (1963:214), a visão dos protagonistas não como a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a representação de ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços

objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia'. Isso nos leva a uma indagação, é possível articular um sobre o outro os universos da descrição sócio-histórica e o da Análise do Discurso?

O conceito de condições de produção do discurso pode ser pensado não sob o prisma da determinação da estrutura sobre o sujeito e sobre o discurso, mas, a partir da perspectiva de que numa dada sociedade e num dado momento, as condições históricas atuam sobre o discurso, uma vez que se constituem, em grande medida, no confronto de forças e interesses de agentes históricos reais, que deixam por um lado, suas marcas inscritas no discurso, e que por outro são afetadas pelo próprio discurso ou pelo conjunto de discursos que circulam numa sociedade.

É necessário, portanto, promover a articulação de problemas lingüísticos com a História. Portanto, considerar as condições de produção sócio-históricas tão relevantes quanto o material discursivo é o nosso propósito.

O que é relevante destacar, no caso, é a consideração do que se pode chamar de enunciação, que implica a história e o sujeito. Pêcheux (1990:78) afirma que “fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico(...)”. E o autor acrescenta que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma”, mas que é necessário referi-lo ao conjunto.

Para proceder à análise da relação língua-discurso então, é necessário que se identifiquem relações entre certas marcas lingüísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos e certas condições de produção. As marcas podem ser entendidas como pistas (Ginzburg, 1989) que possibilitam considerar, além do dizer, as condições de produção desse dizer. O que resulta do entrecruzamento entre os três domínios disciplinares citados é bastante influenciado, como veremos, pelos conceitos de ideologia de Althusser, expostos em **Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)**, pelas idéias de Foucault (expostas em **Arqueologia do Saber**), e por Lacan, em sua reeleitura de Freud.

Levando em conta as ciências humanas na França nos anos 60, viu-se que o althusserianismo dominava uma parte da cena filosófica, mas as reflexões produzidas no interior das Ciências Humanas, oriundas de imenso conflito de idéias, contribuíram para o aparecimento de novos conceitos de ideologia, afirmando o caráter irreduzível da distância entre ciência e representação (como se pode ver, por exemplo, em Pêcheux e Fichant (1969). Além disso, Maingueneau afirma que:

“Na ideologia os homens exprimem não suas relações com suas condições de existência, mas o modo como eles vivem suas relações com suas condições de existência: o que supõe ao mesmo tempo

relação real e relação “vívida, imaginária”.(...) Na ideologia a relação real é investida inevitavelmente pela relação imaginária: relação que antes exprime uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), ou mesmo uma esperança ou uma nostalgia, do que descreve uma realidade”. (1990:67)

O autor afirma que só se pode entender a origem da escola francesa se colocar em cena um outro domínio, “igualmente capital, a psicanálise, vista através do ‘retorno’ a Freud, tal como o definiu nesta época Lacan. Muito se disse sobre a pertinência da noção de ‘discurso’, mas nada se disse sobre a ‘análise’ que é tomada em geral como uma espécie de variante de ‘estudo’ (...) a escola francesa de análise do discurso se afirma como uma “análise”(= psicanálise) aplicada aos textos. Há aí muito mais que uma coincidência de nomes: é a materialização de uma certa configuração do saber em que o mesmo termo ‘análise’ funciona ao mesmo tempo sobre os registros lingüístico, textual e psicanalítico” (p.67).

Em Pêcheux (1969) encontramos que a chamada “escola francesa de análise do discurso” filia-se à uma tradição intelectual européia (sobretudo na França), com os relacionamentos que já comentamos e a uma certa prática escolar que é a da “explicação de texto”, muito usada na França.

Inscrevendo-se num quadro que articula o lingüístico com o social, ela busca definir o seu campo de atuação, procurando analisar, inicialmente, corpora tipologicamente mais marcados, sobretudo os discursos políticos de esquerda, e textos impressos, fato que Maingueneau explica dizendo que, para uma perspectiva althusseriana, o termo “político” na expressão “análise do discurso político” é, em certo sentido, redundante, uma vez que o discurso só é discurso se ligado a interesses políticos. Todo discurso tomado como objeto de análise entra, então, no campo político, já que a discursividade é definida no interior da ideologia.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não apenas em relação ao seu sistema interno, enquanto materialidade lingüística, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta por meio de uma competência discursiva.

Não se pode negar que a Análise do Discurso alimentou-se do althusserianismo, mas não ficou só nele. Podemos destacar as três fases da AD, tomando por base “Análise do Discurso: três épocas” (Pêcheux 1983), em que o autor expõe suas idéias sobre o que se poderia chamar de “evolução” da AD.

a) a **primeira fase** sugere o discurso como um *conjunto de enunciados* que compõem um discurso idêntico a si mesmo e diferente de outros. Na enunciação, quem fala de fato é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia; no que se refere ao sujeito, adota-se a teoria do *sujeito assujeitado*.

b) a **segunda fase** vem mostrar, considerando os trabalhos de Foucault, que um discurso uniforme, oriundo de uma única fonte, não existe. Foucault descobre que uma formação discursiva é uma *dispersão de enunciados*. Em

relação à subjetividade, afirma-se que o sujeito é uma **função**, e que ele pode ocupar mais de uma.

c) **a terceira fase** é a que trabalha sob o signo da *heterogeneidade*, a partir de Foucault, Lacan e Bakhtin. Começa-se a perceber a existência da *polifonia* como marca característica dos discursos: há muitas vozes, os discursos são atravessados por outros discursos. Discurso e sujeito são concebidos como heterogêneos.

A partir disso sabe-se, então, que um discurso se constrói através do já-dito, e que ele pode ser concebido como um espaço onde vários enunciados vêm se cruzar. A questão é saber o que faz com que textos venham entrecruzar-se, ajuntar-se ou dissociar-se em um momento preciso. Além disso, um discurso pode ser concebido também como uma interação de diferentes discursos. Algumas vezes a relação com o interdiscurso pode se mostrar mais apropriada que a relação imediata com as condições de produção.

Por considerar o discurso como um espaço de reformulação, de encadeamentos, de dispersões, de repetições, de desconexões, entendemos o que seja a construção de um discurso através do já-dito como sendo ele “um produto do entrelaçamento de vários ‘pedaços de fios’ introduzidos em diferentes momentos, interrompidos, relançados (que podem ser pinçados na localização de anáforas, de elipses(...))” (Lima, 1990: 22). Esses entrelaçamentos permitem à Análise do Discurso “abordar o estudo da construção dos fios discursivos e dos acontecimentos, e também dos pontos de vista e ‘lugares enunciativos’ no fio intradiscursivo”. (p. 22)

Assim posto, viu-se que, para constituir-se, a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, o que faz com que ela se relacione com estes campos de conhecimento de maneira sempre crítica: do campo do Marxismo (na leitura de Marx por Althusser), interessa-lhe compreender como se encontram o ideológico e o lingüístico; da Lingüística de Saussure, toma a idéia de funcionamento, situando-a na relação com a história; da Psicanálise (na reeleitura de Freud por Lacan), busca uma noção específica de sujeito, não o empírico ou o unitário e consciente, mas aquele em cujo discurso mostra-se sua divisão. Desses autores, a AD se aproveita, portanto, para formular uma teoria não subjetiva do sujeito.

A teoria do discurso na qual se inscreve a perspectiva de Análise do Discurso, proposta por Pêcheux, considera essas determinações que acabamos de abordar. E é nessa vertente teórica que se inscreve este trabalho.

2.2. Quadro Teórico de Referência

Nesta parte, pretendemos expor os princípios, noções e conceitos que serão considerados na análise do *corpus*. Exporemos apenas alguns princípios, noções e conceitos que comporão o quadro teórico necessário para a nossa

análise. A noção de **Formação Discursiva (FD)**, implicada na relação que mantém com o **interdiscurso** a partir do qual ela se define, norteará as demais noções necessárias para a composição do nosso quadro teórico. Segundo Pêcheux – AAD: três épocas (1983:49) é o interdiscurso que especifica “as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.

O discurso materializa as Formações Ideológicas (FI), que são visões de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações e idéias que essa classe tem do mundo. Ainda segundo Pêcheux & Fuchs (1975:165) “é a superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada que interessa a uma teoria do discurso”. Sendo assim, é uma materialidade específica articulada com uma materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia. Pêcheux ainda afirma que “(...) o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como ‘determinado em última instância’ pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica”. Como já foi dito anteriormente, essa concepção de instância ideológica, que vai permitir ao autor chegar à representação do “exterior” da língua é fortemente influenciada por Althusser e seu trabalho sobre as ideologias.

Uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da interpelação do sujeito como sujeito ideológico. Essa interpelação ideológica faz com que o indivíduo se imagine senhor de seu discurso quando, na realidade, fala do lugar ou posição que ocupa em uma classe social de uma determinada formação social. As relações entre as classes sociais são continuamente reproduzidas e o que as garante materialmente são os **Aparelhos Ideológicos do Estado** (Althusser, 1918). Ocorre que num momento histórico determinado e no interior desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, antagonismo e dominação.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1975:11), a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico e:

(...) cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito com as outras.

Sendo o discurso um dos aspectos materiais da ideologia, pode-se dizer que o discursivo pertence ao ideológico. Isso quer dizer que a FI

“comporta necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas” (idem). Assim, uma formação social traduz uma certa formação ideológica que dirige os discursos através da formação discursiva, isto é, determina o que pode e deve ser dito.

Em sua obra **A Arqueologia do Saber**, Foucault (1969), concebe a noção de FD, ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber. Numa relação conflituosa, Pêcheux (1990) retoma-a, à luz da AD, fazendo com que ela represente um importante lugar na articulação entre língua e discurso. O lingüista adiantava que toda formação social, passível de se caracterizar por uma certa relação entre as classes sociais, implica na existência de “posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (Pêcheux et alii, 1990:102). Essas formações ideológicas incluem “uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição oral, de um programa etc.) a partir de uma conjuntura dada”. Essa tese tem uma incidência sobre o sentido, pois “as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma *formação discursiva* a outra”.

O conceito de Formação Discursiva é ambíguo, porquanto, apesar da constante reconfiguração, a FD guarda um núcleo relativamente estável, em torno do qual se articulam os componentes mais mutáveis, às vezes contraditórios.

Tal fato explica-se porque o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD a qual, por sua vez, esta determinada pela FI de que provém. Esses são traços que dirigem os *processos discursivos* e podem ser definidos como “relações de parafrase interior a *matriz de sentido* de uma FD” (Pêcheux & Fuchs, 1975:14).

Os processos discursivos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a *ilusão discursiva* não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão-esquecimento n° 1), mas também de ter domínio daquilo que diz, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento n° 2). Essas duas ilusões do sujeito apontam para a questão ideológica do *sujeito do discurso*. Ele é interpelado a tomar posição na FD que o determina e que corresponde ao seu lugar na formação social. Sua ‘interpelação em sujeito’ relaciona-o com o imaginário e sua “estruturação como sujeito” faz-se através de sua relação com o simbólico. É assim que se constitui o *sujeito do discurso* - interpelado, mas acreditando ser livre; atravessado pelo inconsciente, mas imaginando-se consciente. É desse modo que o sujeito do discurso produz os seus discursos.

A noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: *a parafrase e o pré-construído*.

Para analisar a superfície lingüística de um discurso é

necessário examinar os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em questão, buscando estabelecer as **famílias parafrásticas** para estabelecer suas matrizes de sentido. As *famílias parafrásticas* formam-se ao longo do dizer e indicam que esse dizer sempre podia ser outro. Estão inseridas no *esquecimento n.2*, (Pêcheux & Fuchs, 1975), que é da ordem da enunciação e produz no falante a impressão de saber claramente o que está dizendo. Essa impressão, denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras. Esse esquecimento é o chamado esquecimento enunciativo e atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. Somente após termos estabelecido as matrizes de sentido das famílias parafrásticas, é possível atingir a FD que afeta o sujeito do discurso. Vê-se, assim, que uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço onde os enunciados são reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1987:116) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opositivos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de “fechamento”, de “delimitação” das fronteiras de uma FD, a polissemia rompe essas fronteiras instaurando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

O **pré-construído**, segundo Pêcheux & Fuchs (1975), é um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. O termo designa um elemento constitutivo do **interdiscurso** através do qual a FD, concebida como um domínio de saber fechado, relaciona-se com seu exterior. Para o autor, a FD é “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar, (isto é, de outras FD) que se repetem nela”. Esse relacionamento de uma FD com seu exterior, obriga a “descobrir os pontos de confronto polêmicos nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas estratégicas”. No horizonte dessa problemática aparece a idéia de uma “espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras”. (Pêcheux, 1983:314).

O pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “o que cada um pode ver” e simultaneamente “o que cada um sabe em uma situação dada”. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” e o que determina, também “o que pode ser dito”. (Courtine, 1981a:35). O pré-construído é o “sempre-já-lá” da interpelação ideológica que não só fornece, como também impõe à realidade e seu sentido, sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação, realidade” é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito

enunciador, com o Sujeito Universal (SU) da FD.

Sendo assim, o conceito de FD regula a referência à interpretação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso e permite estabelecer o fato de que sujeitos falantes, situados em determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras. Então, numa FD o que se tem é são “várias linguagens em uma única” (Courtine, 1981a:36).

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior de um interior, mas se inscreve em diversas FD como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

Ainda é Courtine quem retoma o conceito de **interdiscurso**, apontando-o como a instância de formação / repetição / transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma dada conjuntura. Em outras palavras: o **interdiscurso** é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD.

Dessa forma, embora uma FD controle em seus falantes “o que deve e pode ser dito”, buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior da “unidade” dos conjuntos de discursos.

Retomando Foucault (1971:173), “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. É nesse sentido que ele vê uma FD como um “espaço de dissensões múltiplas” (p.175), em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade), cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamentos, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam”.

Courtine aponta o enunciado como elemento do saber próprio a uma FD, dizendo que “o enunciado consiste em um esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações”, que ele entende como o “conjunto estratificado (não-sintagmatizado) de formulações”, que são as (re)formulações possíveis do enunciado. Trata-se de uma “dimensão vertical e interdiscursiva, onde os objetos se formam como pré-construídos” (1981:41). O autor contrapõe o enunciado à enunciação, que remete ao eixo horizontal, **intradiscursivo**.

A enunciação consiste em uma “seqüência lingüística que representa uma das possíveis reformulações do enunciado, a qual marca a sua presença no intradiscurso de uma seqüência – ela representa a presença material no intradiscurso de um elemento de saber oriundo de uma FD. “É no intradiscurso que o desnivelamento discursivo dos enunciados é linearizado e colocado em uma superfície única de enunciação articulada” (p.42).

Dessa forma, toda seqüência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução / transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque o estudo do intradiscurso de toda seqüência deve estar associado ao do **interdiscurso** da FD (Courtine, 1981:35).

De tudo o que foi dito até agora, pode-se salientar dois aspectos complementares: por um lado, “o discurso representa, no interior do funcionamento da língua, efeitos da luta ideológica” e, por outro, “o discurso manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia”. (Courtine, 1981:34).

Retornando à reflexão do autor sobre o enunciado, (pp.41-8), “no nível do interdiscurso, existe um espaço de parafraseagem discursiva, no qual é possível que tantos valores semelhantes quanto antagônicos” sejam associados ao mesmo enunciado discursivo. Essa representação do enunciado sob forma dividida aponta para a contradição onde A e B representam posições referenciais dominadas por FD antagônicas. A isso, Courtine chama “**enunciado dividido**” que indica o limite entre o formulável (FDA) e o não-formulável (FDB). Assim, no interior do enunciado encontra-se o aspecto ideológico, que só é percebido através da materialidade lingüística da enunciação.

O aparato teórico exposto até aqui mostra-nos que estamos diante da problemática da “heterogeneidade”. Senão vejamos: **formação discursiva**, dotada de fronteiras desestabilizadas, que já não tem, portanto, muita razão de ser em função do **interdiscurso**, regulador das transformações da FD; o **pré-construído**, formulação de um já dito assertado em outro lugar; o **enunciado dividido** instaurador do confronto de sentidos.

Nessa etapa da AD, o trabalho de Authier-Revuz (1982) indica formas de **heterogeneidade**, que marcaram fortemente a terceira fase da AD e que acusam a presença do **outro**. Jacqueline Authier diz que “em toda fala, sempre, sob nossas palavras, ‘outras palavras’ se dizem; (...) o discurso é constitutivamente marcado pelo discurso do outro” (p.40).

Authier-Revuz postula duas formas ou manifestações distintas de heterogeneidade: a **heterogeneidade mostrada**, que incide sobre as manifestações explícitas recuperáveis (p. ex. discurso direto, indireto, aspás); e a **heterogeneidade constitutiva**, modalidade implícita, onde não é possível determinar, através de marcas lingüísticas, “a presença diluída do outro no um”. A heterogeneidade constitutiva conduz o sujeito do discurso a um “vertiginoso interdiscurso” (p.34).

Pêcheux (1983), em suas reflexões sobre o discurso-outro, questiona se seria de fato “o discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (p.316).

A **heterogeneidade mostrada**, em sua forma **marcada**, é da ordem da sintaxe, conforme afirma Authier-Revuz, enquanto que a **heterogeneidade constitutiva** tal como descrita pela autora, relaciona-se com a ilusão-esquecimento nº 1, também chamado esquecimento ideológico: é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. O esquecimento nº 1 tem forte ligação com o sonho adâmico, o sonho de ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que desejamos. Embora os sentidos se realizem em nós, eles apenas se apresentam como originando-se em nós: são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade. Ressalte-se que a **heterogeneidade marcada** é da ordem do enunciado e, portanto, visível na materialidade lingüística, enquanto a modalidade **não-marcada** é da ordem do discurso, não tendo, portanto, visibilidade.

Cabe, agora, introduzir a categoria analítica de **memória discursiva**. Segundo Pêcheux, o enunciado pode tornar-se outro, implicitamente, deferente de si mesmo e se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. O que o autor quer dizer, é que é possível relacionar o que é dito numa seqüência discursiva com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar o não dito no interior do que é dito. “Todo enunciado, toda seqüência de enunciado é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (1990:53).

Sendo uma seqüência discursiva passível de ser analisada também a partir de seus pontos de deriva, buscaremos na materialidade lingüística das seqüências discursivas em análise, as pistas discursivas que nos possibilitem analisar tais seqüências em relação com o discurso do outro.

Ainda buscando Pêcheux (1990:54-5), “a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo, (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual da leitura desse enunciado ou dessa seqüência. Sendo assim, se a presença virtual instaura-se na materialidade descritível da seqüência lingüística, apenas será percebida como já-dito, se houver o seu confronto com a memória discursiva. Achard (1990:15) afirma que:

A memória discursiva decorre de uma relação dialética entre a ‘repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido’ de tal modo que a regularização apoia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido (p 16).

Segundo o autor, à medida que a repetição ocorre através da paráfrase discursiva, instauram-se variações e transformações no processo discursivo. Assim, as repetições constroem famílias parafrásticas e é em seu interior que se estabelece a comparação entre o mesmo e suas repetições, donde ocorre a regularização do sentido. Achard (p.16) afirma que:

“(...) a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”.

Dessa forma, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (p.17), de tal modo que a enunciação não decorre do locutor, mas de operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

A repetição ou o apagamento dos elementos de saber de uma FD, ou seja, dos enunciados, indica o que Courtine (1981:52) chamou de **memória discursiva**. Quando um enunciado é atualizado através de uma enunciação, dá-se a “atualização de um acontecimento”. Sendo assim, “é da relação do interdiscurso com o intradiscorso, através da articulação de enunciado/enunciação que se dá o efeito de memória em um discurso” (p.53).

O efeito de memória é, portanto, produto da relação que se joga entre esses dois níveis – o interdiscursivo e o intradiscursivo – ao se fazer emergir uma formulação-origem na atualidade de uma “conjuntura discursiva”.

A FD, sendo determinada pelo interdiscurso, pode se inscrever na ordem da **memória plena**, que funcionaria como possibilidade de preenchimento da superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações - a estratégia usada seria a da repetição; ou na ordem de uma **memória lacunar**, que funcionaria como produtora de deslocamentos, vazios, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Esse efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadoras, procura anular qualquer ‘desnível’ do discurso: estaríamos lidando, então, com o apagamento. Courtine (1983:15) entende que essas duas modalidades do interdiscurso indicam, ainda, que “memória e esquecimentos são indissociáveis na enunciação do político”.

Disso se apreende que a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior na continuidade interna. Esse efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, conseqüentemente, homogêneo. Tal categoria analítica é imprescindível para analisar a heterogeneidade não marcada, própria da ordem do discurso.

Pensamos ser necessário, agora, uma breve retomada dos principais conceitos que embasarão a nossa análise.

No começo deste trabalho, dissemos que ele se constituiria a partir de certa maneira de pensar a linguagem e o político. Daí a nossa identificação com os pressupostos teóricos que definem a teoria de Análise do Discurso, desenvolvida por Michel Pêcheux. É sempre o mesmo fundamento que norteia os trabalhos filiados a essa teoria: o caráter material dos processos de produção de sentido, isto é, a determinação histórica produzida pelos processos sócio-históricos sobre os processos de constituição do sujeito e do sentido.

É a partir deste pressuposto que tentaremos desenvolver nosso trabalho, buscando a relação entre discurso e política como formulada por Henry (1985), que diz que “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (p.24). Para Pêcheux, o discurso é entendido como prática discursiva e, portanto, independe da ‘vontade’ de um sujeito qualquer ‘com controle’ dos enunciados.

Segundo Pêcheux & Fuchs:

“Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório desigual, sobredeterminado – determinado das FDs, que caracteriza a instância ideológica das condições históricas dadas. Uma vez que não existe prática sem sujeito, e em particular prática discursiva sem sujeito, a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das FDs na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática seja a prática de sujeitos (no sentido dos atos, atividades de um sujeito), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática que se inscreve...Não há prática de um sujeito, há apenas sujeitos de diferentes práticas.” (1975:137)

Dando seqüência à apresentação das noções teóricas que acabamos de apresentar, é possível agora retomar as questões iniciais que são objetivo deste trabalho. Em nossa concepção, os dois movimentos – de fechamento e de abertura do espaço discursivo em análise – estão presentes nos discursos em análise. Em outras palavras, o funcionamento discursivo de nosso corpus encontra-se marcado por processos discursivos que tentam representá-lo como espaço discursivo fechado e impermeável a outros discursos. Entretanto, como tal homogeneidade é ilusória, também atuam aí processos discursivos cujo funcionamento consiste em incorporar o discurso-outro, que respondem pela heterogeneidade fundante desse espaço discursivo.

A explicitação desses processos constitui o objeto das análises presentes nos capítulos que formam as próximas seções deste trabalho.

2.3. Metodologia e corpus

A abordagem teórica apresentada conduz ao estabelecimento de uma metodologia que possibilite a sua utilização na análise do *corpus* em questão. Não há modelo único que sirva de receita para análise de todo e qualquer discurso.

É necessário que se distingam as noções de *corpus empírico* e a de *corpus discursivo*. Por *corpus empírico* entende-se a totalidade das alocações dos políticos realizadas durante o processo de emancipação; por *corpus discursivo*, aquelas que serão o objeto sobre o qual incidirão nossas análises. Segundo Courtine (1981a:24), o *corpus discursivo* é um “conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um *campo discursivo de referência* O campo discursivo de referência, define-se como um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político, ou ainda o discurso político de um locutor específico. Nessa investigação, o *campo discursivo de referência* dá-se no enquadramento cronológico que vai de 1979 a 1981, de onde selecionamos extratos dos discursos produzidos pelos dois deputados federais do então Território Federal de Rondônia: pela oposição, veiculando discursos reformistas, pelo PMDB, o deputado Jerônimo Santana - **JS**, eleito três vezes consecutivas, em 1971, 1976 e 1979; pela situação deputado Odacir Soares – **OS** – pelo PDS, substituindo o titular Isaac Newton apenas em 1980, motivo pelo qual a maioria de seus discursos datam desse ano. O campo discursivo de referência possui, então, **dois domínios discursivos**.

Ao estabelecermos um *campo discursivo de referência*, não estamos delimitando o *corpus discursivo*. Ele será apenas o espaço discursivo a partir do qual o *corpus discursivo* propriamente dito será construído. A partir daí, selecionaremos e identificaremos no *corpus empírico*, as seqüências discursivas que constituirão nosso objeto de análise e constituirão o *corpus discursivo*. Courtine (1981:25) afirma que essas seqüências discursivas são “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. E o autor acrescenta que “a natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis”.

As seqüências discursivas são selecionadas com base em nossos objetivos e constituirão os recortes discursivos que, unitariamente, constituirão o nosso *corpus* discursivo. Orlandi (1983:128-9; 1984:13-7) formulou a noção de *recorte discursivo*, para distinguir o gesto do lingüista que segmenta a frase, do gesto do analista do discurso que, ao recortar uma seqüência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação. É neste sentido que a autora propõe “o recorte como unidade discursiva” (Orlandi, 1984:14). Dessa forma, cada recorte será composto por uma seqüência extraída de cada domínio discursivo do corpus. Então, se o fato em análise ocorrer nos dois domínios, o recorte terá duas seqüências discursivas, identificadas pelas siglas de seus nomes. Isso não impedirá de se incluir no

recorte um número maior de seqüências, se for o caso.

Cada uma das seqüências discursivas será seguida, entre parênteses, pela sigla identificadora do deputado, seguida da data do pronunciamento, que coincide com a data da publicação no DCN – Diário do Congresso Nacional ou jornal em que se encontra publicado o discurso de onde foi retirada, além do objetivo daquele discurso exposto, em forma de título, nas coletâneas da Câmara Federal, em Brasília.

Procuramos oferecer uma amostra representativa para cada questão, que será objeto de análise, de modo que as seqüências discursivas selecionadas funcionam como seqüências discursivas de referência.

Em primeiro lugar, faremos a distinção entre os discursos do deputado de esquerda na Câmara Federal, designado por **F1**, e o discurso do deputado da direita, que terá a designação de **F2**. **FD1** será a identificação da FD que afeta o discurso do deputado da esquerda e **FD2** será a FD antagônica, que afeta o discurso do deputado de direita. Paralelamente, **F3** designará um terceiro discurso, que também chamamos de *discurso-outro*, que representa o *contrário*, afetado basicamente por **FD2**. **F3** estará em posições contrárias às posições do sujeito do discurso F1, e coincidentes com as do sujeito do discurso de F2. F3 será representado pelo presidente João Baptista Figueiredo e pelo então governador do Território, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira. Para F2, o representante do *contrário* será o deputado Jerônimo Garcia de Santana. Assim, F1 e F2, afetados por FD1 e por FD2, respectivamente, representarão posições de sujeitos em confronto: F2 e F3, ambos afetados por FD2, representam diferentes posições no interior de um mesmo domínio do saber.

Os enunciadores cujas vozes cortarem os discursos de F1 e F2 serão denominados de **E**, seguido do número que representa a ordem de ocorrência nas seqüências discursivas. Para que não ocorra nenhuma dúvida, faremos a distinção dos enunciadores dos discursos de F1 e F2, colocando, após E a sigla do sujeito do discurso em questão, entre parênteses.

Finalmente, por constituir-se dos diferentes recortes discursivos, o corpus discursivo está totalmente inserido no corpo deste trabalho e funciona como eixo estruturador de seus capítulos e seções.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DA EMANCIPAÇÃO

3.1. Território e Estado – Aspectos Diferenciadores

Falamos, até agora, sobre os objetivos deste trabalho. Exporemos, a seguir, algumas especificidades das duas instituições, Território e Estado, procedendo a uma análise jurídico-institucional de suas principais diferenças no sistema federativo. Pensamos que, se omitirmos essa caracterização, correremos o risco de passar despercebido ao leitor os motivos que levaram a população do Território, na época, a incentivar fortemente a iniciativa política de sua transformação em Estado.

Iniciaremos esse estudo fazendo um “passeio” pelos textos jurídicos e constitucionais, verificando as condições históricas de produção dos discursos veiculados pela Carta Magna, ao longo do tempo.

Nas duas primeiras Constituições, a do Império e a da República, o instituto do TF não é sequer referido. Os comentadores da Carta Política de 1891, que do termo Território conheciam apenas a história constitucional norte-americana, consideravam-no como “chão, solo, pertencentes a uma Nação”. O Art. 88 da Constituição de 1891 não previa a aquisição de novas terras pelo Brasil, fato permitido pela Constituição americana. Mesmo assim, com o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1913, celebrado com a Bolívia, foi adquirido o Território do Acre e o Brasil comprometia-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como pagamento das terras adquiridas, terras que a União reteve como propriedade sua não obstante os protestos administrativos e judiciais do Estado de Amazonas, passando a governá-lo por meio de mandatários “ad nutum” (Maximiliano, 1918:144).

O Art. 1º da Constituição Brasileira de 1934 foi o primeiro texto a consagrar os nossos Territórios federais, como constitutivos da nação, perpétua e indissolúvelmente, ao lado dos Estados e do Distrito Federal. Mais tarde, a Carta Magna de 1937, no artigo 3º dispunha:

O Brasil é um Estado Federal constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios federais.

O Art. 4º fixava as condições para a criação dos Territórios e sua operacionalização. Como essa constituição é a do Estado Novo, reflete, principalmente, a preocupação de “criar Territórios federais por motivo de defesa nacional”, expressa no Art. 6º (Medeiros, 1946:74).

Segundo a Carta de 1967, a criação de novos Estados e Territórios dependeria de Lei Complementar, sendo a última Constituição a considerar os Territórios como partes integrantes da União, de acordo com uma ideologia de “segurança nacional”, justificativa para a resolução de um “problema” que foi de fato a razão de sua criação. Essa mentalidade é explicitada por Cretella Jr. (1993:1159-59):

Justifica-se a existência do Território federal pela situação geográfica e pela fraca densidade da população, ou seja, trata-se de regiões limítrofes com países estrangeiros, ou muito afastadas de nossas costas com habitantes em pequeno número, sem preparo e condições, pois, para repelir qualquer infiltração, inclusive a cultural (...).

A Constituição de 1988 transformou todos os TF em Estados-membros, principalmente por interesses políticos, ou seja, para assegurar a maioria de parlamentares à situação no Congresso Nacional, fixou-se um número maior de deputados federais. No Senado Federal, os Estados teriam três cadeiras. Tais interesses seriam fortalecidos pela pressão da população por intermédio de seus representantes na Câmara Federal. É o caso de Rondônia, como mostraremos a seguir.

Pelo tempo que perdurou a dúvida de “como se devia considerar o Território federal e como determinar sua natureza jurídica” observa-se que longa foi a história dos TF brasileiros. Criados como medida de segurança nas regiões de fronteira, foi somente a partir de 1938 que o Governo Federal passou a dispensar-lhes maior atenção. Os imperativos da defesa nacional no Estado Novo deram a Getúlio Vargas poderes para criá-los, interferindo ou intervindo nos Estados, desmembrando-os e transformando-os em Territórios.

Foi durante a Segunda Grande Guerra, em 1942, que o presidente desmembrou do Estado de Pernambuco o arquipélago de Fernando de Noronha para criar, nele, um outro TF, por motivos estratégicos, considerando sua projeção no Oceano Atlântico (Decreto-Lei nº 4.102, de 09.02.42). O TF tornou-se, a partir daí, uma instituição comum.

Era preciso defini-lo, então, juridicamente. Uma primeira interpretação foi a de reduzir o TF à própria União – seriam uma unidade indesejável, isto é, um Território único, já que os TF eram administrados pela própria União. Entretanto, basta ler o que preceitua a Constituição de 1946, no seu art.

1º, para verificar que tal unificação seria impossível, uma vez que:

O Brasil é uma República Federativa, constituída sob regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Por outro lado, havia uma outra interpretação – a de que os TF não eram apenas órgãos, mas constituíam patrimônio da União, bens da União, embora não se soubesse explicar de que natureza.

Outros, ainda, pretendiam enquadrar o TF entre o que denominavam de “possessão administrativa” (Baleeiro, 1970:120).

Os TF brasileiros, enfim, são autarquias corporativas, não têm autonomia, têm administração centralizada e, por concessão imposta pelas dificuldades do controle à distância, feito parcialmente, têm faculdades próprias, um certo auto-governo nos termos de seu estatuto ou lei orgânica. Não têm autonomia política, mas de acordo com as leis que os regem, possuem alguma autonomia administrativa. Todos tiveram representantes na Câmara Federal. É o que diz Cretella Jr. (1993: 1158-59):

Assim, o Território federal é determinada porção do Território nacional, povoado por pequena população e com área geográfica perfeitamente demarcada. Em síntese, uma autarquia local ou geográfica, corporação territorial localizada, de objetivos genéricos no setor administrativo, sem capacidade legislativa. Administra, mas não governa.

À União Federal integram-se os Estados-Membros, territórios que a constituem. Segundo Cretella Jr., (1990:1165), o texto constitucional de 1946 estava equivocado no seu art. 1º, uma vez que o mesmo dizia que a União compreendia também os Estados e o Distrito Federal. A União, de fato, nada compreende, mas integra, constituindo uma “união indissolúvel”, como já vimos. O jurista afirma: “Não formam ao lado de’, mas abrangem, integram, incorporam, como um todo, a autarquia territorial, criada e vinculada à pessoa maior pela tutela administrativa, cordão umbilical que estabelece um feixe de poderes tutelares entre matriz e filial”.

Conforme a teoria do federalismo, que confere soberania à União, havendo, portanto, uma relação de coordenação e subordinação entre as partes, como uma unidade, observa-se claramente que a União Federal constitui-se em uma “pessoa jurídica pública maior”, enquanto os Estados-Membros constituem-se em “pessoas jurídicas públicas menores”, isto é, têm suas próprias constituições. Observados os princípios e leis da Constituição Federal, podem organizar seu poder

constituinte. Embora haja princípios que limitam a autonomia organizatória do constituinte estadual, têm seu próprio poder judiciário, devendo sempre, no entanto, observar os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Torna-se imprescindível, para o perfeito funcionamento das instituições da esfera federal, que a integração entre União e os Estados-Membros se realize simultaneamente pela coordenação do poder central, e pela subordinação dos Estados, considerando-se esta última, no entanto, não como submissão total dos Estados-Membros à União, uma vez que os mesmos participam, pela doutrina do federalismo, da formação da própria União, respeitada a soberania da União e a autonomia dos Estados-Membros.

Vê-se, de tudo isso, que, embora a Constituição de 1988 tenha ampliado as bases do federalismo, dando mais autonomia às entidades federadas, ainda assim ficam elas razoavelmente dependentes de princípios limitadores que ela estabelece.

Em nossa opinião, além dos poderes constitucionais dos Estados-Membros, sua maior arma ainda está no poder da barganha, no conhecido “toma lá, dá cá”. Se os Estados devem respeito à União, a recíproca deve ser verdadeira, isto é, sua autonomia deve ser respeitada pela União. Esse respeito mútuo não aconteceu em relação a Rondônia, nem antes nem após sua transformação em Estado, como veremos na análise dos discursos políticos pronunciados durante o processo.

3.2. Elementos históricos sobre Rondônia

Michel de Certeau afirma que “a análise dos antecedentes, dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica. A historicidade do texto, ou seja, sua discursividade (sua determinação histórica) não é mero reflexo do exterior, mas se constitui na própria tessitura da materialidade lingüística. Um texto histórico “enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas” (de Certeau, 1995:23). Por isso, “considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* e *procedimentos de análise* (p. 18).

O sujeito está sempre significando (ou interpretando a realidade) retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade. O sujeito é, portanto, polifônico, multifacetado. É um “eu” que fala olhando o passado. Sendo assim, só é possível conceber a linguagem em sua relação com a história; os sentidos se produzem porque são históricos. Desse modo, a

memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, na história de uma população. O “retomar” recordando possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente. Pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas da historicidade nos processos de significação da linguagem.

Consideraremos, então, nesta parte do trabalho, o já-dito na história do TF de Rondônia, pois entendemos que assim poderemos compreender por que uns sentidos ficaram e outros não, isto é, que condições foram necessárias para eles fazerem sentido na história daquela população.

Faremos, a seguir, uma rápida resenha histórica do período no qual se centram os nossos interesses, que não pretende ser apenas um relato, mas um relato absolutamente necessário.

3.2.1. O Território Federal de Rondônia (ex- Guaporé)

Achamos importante buscar na história do Território Federal de Rondônia elementos que nos permitam compreender melhor os motivos que levaram a população a incentivar a iniciativa política de transformá-lo em Estado e o desenvolvimento do processo que culminou na emancipação. Buscaremos em Pinto (1993) as informações necessárias ao cumprimento desse objetivo.

A saga da criação do Território de Rondônia, ex-Guaporé, repete os esforços compreendidos, tanto por bandeirantes paulistas, oriundos do Sudeste, como por militares portugueses do Norte brasileiro, representado pela planície amazônica e pela perda de expressão política da antiga Linha de Tordesilhas (Fonseca, 1875:278).

As bandeiras eram uma espécie de expressão da luta do império colonial português, no espírito de expandir o mercantilismo metalista da corte portuguesa. À falta de mão-de-obra especializada para a região, os portugueses convocaram indígenas, mamelucos e agentes da Coroa, no sentido de aperfeiçoar a doutrina do “uti possidetis” em favor dos interesses da América Portuguesa (idem).

Havia interesse do colonialismo espanhol e, posteriormente, do colonialismo inglês de impedir a expansão portuguesa em direção das regiões Oeste e Norte do Brasil. Um dos fatores determinantes dessa tendência era o volume da produção de ouro e de outros metais preciosos em Goiás e Mato Grosso.

A importância geopolítica do Oeste amazônico determinou ao pragmatismo português nomear dirigentes de “status” de autoridade diversa de outras regiões menos importantes do país, obedecendo a interesses de ocupação

humana e aos delineamentos do que seria definido no futuro pelos constituintes, como sendo “razões de segurança nacional”.

Eram tempos de exploração de lavras de ouro, mediante o concurso de mão-de-obra escrava africana e da vibração desbravadora dos faiscadores que, com instrumentos rudimentares, lutavam contra a floresta selvagem, em busca da riqueza inatingível.

A política portuguesa para a Amazônia era “manter a qualquer custo as terras conquistadas”, principalmente na administração do Marquês de Pombal.

Todavia, com o esgotamento do ouro das jazidas de aluvião, nas margens direitas do Rio Guaporé, no século XVIII, surgiu a questão da “posse plena do Território”, sob a ótica lusitana de direito que, segundo Alexandre de Gusmão, significava “uma extensão de terras e de campos onde se exerce uma jurisdição” (Fonseca, 1875:67).

Do ponto de vista político, o Brasil precisava fortalecer os laços diplomáticos com a Bolívia, inclusive facilitando as suas aspirações de obter saídas para o Oceano Pacífico. Essa amizade teve que ser obrigatoriamente enfatizada com os acontecimentos da Guerra do Paraguai (1864/1870). Dessas ocorrências beneficiou-se o futuro Território Federal de Rondônia, porque a própria guerra evidenciou a infiltração e permanência de forças inimigas aquém das fronteiras brasileiras.

Graças aos esforços empreendidos, a partir de 1891, por Cândido Mariano da Silva Rondon, professor-substituto de Astronomia e Mecânica da Escola Militar do Rio de Janeiro, o Exército Nacional começou a estender linhas telegráficas entre Cuiabá e o Rio Araguaia, que ergueu 11.800 quilômetros de linhas e 17 estações telegráficas construídas, ligando Cuiabá a Miranda, Aquidauana, Bela Vista, Porto Murtinho, Corumbá e Cáceres (hoje municípios do estado de Mato Grosso).

A repercussão internacional do trabalho sertanista de Rondon contribuiu para que aquele esforço de integração nacional gerasse a necessidade de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a fim de resgatar o que o antropólogo Lévi Strauss chamou um dia, em seu livro “Tristes Tópicos”, de “Mundo Perdido” (Levi-Strauss, 1955:243)

Do período da conclusão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1912 até o fim da República Velha, em 1930, revelaram-se as fragilidades da fronteira com os demais países do oeste amazônico e a necessidade de apressar o desenvolvimento daqueles espaços nacionais ainda inóspitos.

A recessão econômica motivada pela diminuição dos preços da borracha, a necessidade de efetiva colonização e a política federal do governo de Getúlio Vargas de fixação definitiva da população nômade e da povoação com estrangeiros apressaram o desenvolvimento dos Territórios.

Alguns historiadores da região nos contam que, já na década

de 20, havia quem alertasse as autoridades constituídas, de que “latifúndios brasileiros estariam se transformando em propriedades de cidadãos americanos” (Gauld, 1972:129). Encontramos a confirmação disso em certidão expedida pela Diretoria de Terras e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, informando a concessão de títulos definitivos à margem direita do Rio Guaporé, num total de 5.950 hectares, concedidos a diversas empresas estrangeiras, fora posse depois legitimada de outros 6.602 hectares, pertencentes a J.P. Ceballo, concedidos pelo governo de Mato Grosso.

Havia já na época, antes da criação do TF do Guaporé demanda judicial pela posse de 285 mil hectares de terras doadas a um certo Américo Casara, colonizador italiano que, tendo falecido, havia deixado o patrimônio aos herdeiros, que o venderam ao pecuarista Antônio José Rossi Junqueira Vilela, em 1971 (conforme informações encontradas no arquivo da família Casara, em Porto Velho-RO).

Ora, as terras negociadas não poderiam tê-lo sido, uma vez que pertenciam ao Estado do Mato Grosso que, mais tarde, juntadas a outra área desmembrada do Estado do Amazonas, formariam a área geográfica do Território de Rondônia.

Veja-se, portanto, pela data da venda que, apesar de já ter sido criado o Território do Guaporé (isso aconteceu em 1943), as terras doadas não foram resgatadas como parte do novo Território, continuando a ser exploradas por estrangeiros até trinta anos depois da assinatura do Decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, pelo presidente Getúlio Vargas. Não se pode negar que tais acontecimentos apressaram a criação do Território pelo presidente. Isso aconteceu apressadamente, com partes desmembradas do Mato Grosso e Amazonas, devido “ao perigo da internacionalização da região” (Gauld, 1972:139).

Em 1956, o nome do Território modificou-se para Território de Rondônia, pela Lei nº 2732, de 17 de fevereiro, cujo projeto era de autoria de Áureo de Melo, nascido em Abunã, povoado situado às margens do Rio Madeira. O documento foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Segundo o autor do projeto, tratava-se de merecida homenagem ao sertanista brasileiro que, com seu trabalho, contribuiu para sedimentar a autonomia brasileira na região.

A partir de 1969, por força do Decreto-lei nº 411, foi definida a estrutura administrativa dos Territórios. O decreto, porém, não modificou a condição de dependência da União, pois o controle das atividades territoriais através dos órgãos de administração centralizada e a ingerência do governo federal nos serviços, rendas e bens pertinentes ao Território, permaneciam. Nada era permitido ao “governador” do Território, que não tinha “competência” para organizar os serviços públicos territoriais, fiscalizar os serviços executados diretamente pelo poder central, reclamar das necessidades e representar contra as irregularidades desses serviços, pois o TF não passava de simples órgão do governo, sem personalidade jurídica e sem autonomia. O art. 3º do decreto se for bem compreendido, traduz uma impressão de

contraponto ao dispor que:

Os Territórios são unidades descentralizadas da administração federal, com autonomia administrativa e financeira, equiparados, para os efeitos legais, aos órgãos de administração indireta.

O paradoxo reside no fato de que o que era expresso no artigo não correspondia à realidade. Parece-nos que as intenções do seu autor divergiam do que é dito no enunciado, provocando efeitos de sentido contraditórios e uma disjunção entre o “que diz o texto” e o que era aplicado, na realidade.

A liberdade administrativa do TF era apenas aparente, mas não se pode negar que o decreto trouxe uma abertura para autonomia futura. Apesar disso, permanecia confusa a natureza de sua administração. Era uma “unidade orçamentária” do Ministério do Interior, vinculada a cada um dos seus departamentos, que o dirigia conforme os seus interesses. Basta lembrarmos da “nomeação” dos governadores militares, para entendermos tal situação.

Durante o tempo em que o TF de Rondônia manteve-se estático, com a atividade econômica reduzida e a população concentrada em Porto Velho e Guajará-Mirim, e ao longo dos trilhos da extinta EFMM, por falta de vias de acesso, as limitações impostas ao administrador do Território não causaram problemas.

Quando o coronel engenheiro Paulo Nunes Leal, governador do Território em 1954, conseguiu do presidente Kubtscheck autorização e condições para a abertura da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, que foi concluída em 1970, Rondônia saiu do isolamento e começou a surgir, então, a grande transformação na ocupação do seu espaço. Acelerou-se o “desenvolvimento” e povoou-se a região. Todo esse processo provocava, nos meios políticos, a certeza de que não dava mais para adiar o movimento que teria o desfecho a tanto tempo esperado – estava na hora de retomar a luta pela transformação do Território em Estado e lá instaurar, também, a democracia. Estava na hora de tentar conseguir a esperada autonomia para aquela região.

3.2.2. O Estado

Estávamos ainda em plena ditadura. Administrava a Nação o último presidente do Governo Militar, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, o que significa dizer que o Brasil ainda atravessava o final dos 20 anos de silenciamento da democracia. Já se falava, entretanto, em “abertura democrática”, isto

é, já se falava na possibilidade de serem instauradas as eleições diretas para todos os cargos.

Em Rondônia, o clima era de ansiedade. Vale a pena lembrar que a luta pela criação do Estado, em Brasília, já era coisa antiga. Desde 1971 já transitavam pela Câmara Federal, projetos de lei com esse fim. Levantamos os seguintes: nº 543/71, nº 64-A/76 e nº 319/81, todos de autoria do deputado federal Jerônimo Garcia de Santana, eleito por três mandatos consecutivos por Rondônia. Os projetos não passavam, entretanto, das Comissões, uma vez que não interessavam ao governo militar as propostas de um político de oposição. Os anseios do povo rondoniense, nesse caso, eram irrelevantes.

Após o período de censura, que permitia a existência de apenas dois partidos políticos (a ARENA, partido do governo e pró-ditadura e o MDB, oposição ao governo e pró-democracia), agora, os partidos políticos eram muitos. Entretanto, dois eram majoritários em termos de número de filiações e, portanto, poder político. A Arena transformou-se em PDS e o MDB, em PMDB. Aí começa, efetivamente, o conflito entre as duas FDs que afetam a política rondoniense da época.

Estava instaurada, portanto, a polêmica em um espaço discursivo marcado pelos confrontos e antagonismos.

Posto isso, vale lembrar que tínhamos no Território, duas formações discursivas antagônicas, pró-democracia e pró-ditadura, representadas por formações ideológicas diferentes, em que atitudes e representações dos partidos políticos já citados, relacionam-se e assemelham-se profundamente na mesma conjuntura histórica – a emancipação do Estado – mas entram em conflito, movidos por posições discursivas diferentes, diferentes interesses ou seja, discordantes em relação ao sentido dado à palavra “democracia”. É como “falar diferentemente falando a mesma língua” (Brandão, 1991:39). Nesse caso confirma-se que os efeitos das contradições ideológicas podem ser recuperáveis apenas no interior de um mesmo discurso: o discurso da transformação do TF em Estado.

Repetindo Foucault (1969:187) “analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”.

Pode-se, também, entender a divergência de posições, se pensarmos uma formação discursiva na sua relação com o seu exterior. No entanto, o discurso não “retrata” uma realidade exterior “concreta”. Maingueneau (1983:67) afirma que: “(...) um discurso não se inscreve sobre uma página branca; quando ele se constitui não pode ser senão em um campo já saturado por outros discursos (...) o novo não pode se enunciar senão por um reagenciamento do que já está lá. A maneira pela qual uma formação discursiva define sua relação com o outro não é senão uma modalidade de sua relação consigo mesma”.

Dessa forma, o interdiscurso de uma formação discursiva constitui um processo de reconfiguração constante, haja vista as posições ideológicas que representa em contextos diferenciados. Ou a FD incorpora elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria, provocando a sua redefinição - e estamos diante das posições dos militantes pró-democracia, em nosso caso; ou mobiliza a memória discursiva, organizando a sua repetição – falamos agora da posição dos representantes da ditadura. O clima de brigas e discussões, gerador dos conflitos que permearam o processo de criação do Estado, nó o veremos na parte destinada à análise dos discursos. Tentaremos, agora, descrever, brevemente, o que se passou durante o percurso do processo.

Como já foi dito, eram dois os partidos políticos no Território – PDS, partido do governo e PMDB – representação imaginária de oposição que, aliás, estarão fortemente presentes em nossa análise, pois neles estão os políticos autores dos discursos que nos interessam aqui. Entre eles, isto é, entre seus membros, instaurou-se, portanto, a disputa. Nessa época, governava o Território um militar do Exército Brasileiro, nomeado pelo presidente da República, Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, chamado ‘Teixeirão’, que vinha da prefeitura de Manaus, convidado pelo parente próximo, Ministro Mário Andreazza, cujo maior valor era, talvez, o poder de saber conduzir a política da emancipação nos moldes desejados pelo governo da ditadura.

Pode observar-se esse poder de comando em um artigo publicado em um dos jornais de expressão da época, o **Alto Madeira** nº 13.706, do dia 03 de abril de 1981, denominado “Rumo ao Estado” e assinado por João Lobo (em Rondônia, na época, dizia-se que este jornalista falava por Teixeira):

A Arena está precisando de uma “líquidificada” de todos os “seus ingredientes”, sem que se esqueça de nenhum deles. É prá botar Rachid, Emanuel, Odacir, Rondon, Marise, Amizael, Dezival, Paiva, Canuto e todos os demais para que ou o Governador ou o presidente Claudionor acione o botãozinho que vai provocar a mistura e depois distribuí-la como Rondônia nasça um Estado forte e robusto.

Essa “metáfora culinária”¹ (cujos “ingredientes” eram, todos, aspirantes a cargos políticos ou posições de confiança no governo Teixeira – todos, portanto, integrantes do PDS) constitui um discurso ambíguo, uma vez que permite duas leituras: os políticos partidários do governo o leriam como uma mensagem positiva – “crença no governador e uso do nutriente que só contém

¹ Na análise do discurso, metáfora significa “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam. Não há sentido sem metáfora. Segundo Pêcheux (1975), “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma palavra, uma outra expressão ou proposição”.

elementos produtivos”. Mas, uma interpretação contrastante, que poderia ser feita pela oposição, que o consideraria como “adubo” resultante da mistura por outras razões, a partir de outra posição (“nutriente” é obviamente eufemismo). Haveria, assim, muita ironia nas palavras “mistura” e “nutriente”.

Mas, num diálogo com outro artigo do mesmo autor no mesmo jornal, em 04.04.1981, podia-se descobrir porque a metáfora é a da “mistura”:

É tempo, e basta, de acabar com os disse-me-disse de correntes internas do PDS. Objetivamos reunir todos para discutir o mais acirradamente que necessário fosse para chegarmos a um denominador comum; à causa desses procedimentos temos perdido valores das nossas fileiras e avolumado grandemente as polêmicas ala contra ala, preocupando os escalões superiores e dificultando sobremodo o içar da bandeira do novo Estado.

Como se vê, a situação estava tornando-se caótica e os “escalões superiores”, ou seja, o governo federal começava a vislumbrar o fortalecimento das oposições no Território. Assim, no dia 17 de agosto de 1981, decidiu enviar ao Congresso Nacional mensagem dispendo sobre a criação do Estado de Rondônia. Na Câmara Federal, a mensagem do Executivo transformou-se no Projeto de Lei Complementar nº 221-A/81. Sua votação foi difícil, em razão de o PMDB posicionar-se contrariamente à forma como o governo pretendia transformar o TF em Estado; chamou-o de “projeto monstrengo”. De acordo com tal projeto, o Território transformar-se-ia em Estado, mas ainda teria seu primeiro governador nomeado pelo presidente da República. Um dos motivos para a nomeação era o fato de estar sendo enviado para Rondônia um volume altíssimo de recursos financeiros, que, segundo a situação, não poderia ser gerenciado por pessoa que não fosse da absoluta confiança do presidente Figueiredo. Seus membros ausentaram-se na votação e o deputado Jerônimo Garcia de Santana absteve-se de votar. O desacordo estava no art. 5º do projeto, que dizia o seguinte:

Para o período que se encerrará com os mandatos dos governadores dos demais Estados, eleitos a 15 de novembro de 1982, o presidente da República *nomeará* (grifo meu) o governador de Rondônia, num prazo de 90 dias a partir da vigência dessa lei e na forma do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

A Lei nº 20, aprovada na vigência do AI-5, dispõe sobre como o Governo Federal governará os Territórios, autorizando-o a fazê-lo por Decretos-lei.

Nossa interpretação do art. 5º é a de que, através dele, o

projeto, implicitamente já colocava o coronel Teixeira na condição de primeiro governador do Estado, ao não permitir eleições diretas para o cargo, fato que aconteceria em todos os Estados brasileiros, em virtude da “abertura democrática”. Como a escolha dos governadores dos Territórios era feita sem nenhuma consulta à população, na mais absoluta indeterminação, lê-se com frequência nos discursos da oposição:

É comum dizer-se no Território que o seu povo fica apenas sabendo da escolha do futuro governador através de “A Voz do Brasil”.
(DCN – Seção I – 29.08.1981)

Não se pode deixar de esclarecer que a criação do Estado de Rondônia fez parte de um projeto político do governo federal, em decorrência da necessidade de o presidente João Figueiredo obter maioria parlamentar no Senado e Câmara Federal nas eleições de 1982. Naquele pleito, o Senado da República se renovaria em apenas um terço de seus membros e o Estado de Rondônia, por ser recém-criado, elegeria três senadores. Se os eleitos fossem partidários do governo, esse atingiria sua meta, que era contrabalançar uma quase certa derrota do governo para o PMDB nos Estados de Minas, São Paulo e Paraná, que de fato ocorreu.

Jorge Teixeira de Oliveira não foi nomeado, portanto, sem ônus. Havia uma contrapartida - eleger três senadores da Arena. Estivemos conversando com o senhor Enjolras Araújo, funcionário público federal à disposição do Planafloro – Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, em Porto Velho, capital do Estado e ele nos contou que “o Teixeira cumpriu a sua missão, pois fraudou as eleições”. Segundo Araújo², os ‘auxiliares’ do governador teriam, após terem sido recolhidas todas as urnas, aberto uma a uma e trocado os votos, provocando a ‘derrota’ dos candidatos pela oposição ao governo. O deputado Jerônimo Santana também alude a essa ‘capacidade’ do militar, em seu discurso de 29.08.1981:

O projeto demonstra apenas uma preocupação, que é instituir uma máquina judiciária na época pré-eleitoral, não para fazer uma eleição limpa, mas para fraudá-la, como já fraudaram as eleições de 1978.
(DCN – 29.08.1981)

Essa fala de Jerônimo Santana deixa clara a oposição nós/eles (que aqui analisaremos), por meio da indeterminação possibilitada pela terceira pessoa.

² Além do Sr. Araújo, procuramos outras pessoas que estiveram presentes na época, mas não quiseram dar-nos algum depoimento referente ao fato, talvez porque algumas das personagens daquele cenário ainda moram e militam na política até os dias de hoje, na cidade de Porto Velho.

A Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, consagrou mais de duas décadas de luta da sociedade rondoniense na tentativa de conquistar sua autonomia político-administrativa, embora saibamos que a conquista foi apenas parcial.

Vale lembrar que essa luta não se travou somente no Território de Rondônia, uma vez que, em todo o país, a democracia estava silenciada. A 'abertura democrática' do presidente Figueiredo iniciar-se-ia em 1982, com eleições diretas em todos os estados (menos em Rondônia). Até então, a nação brasileira representou o discurso democrático no vazio do silêncio, imposto pela censura nos meios de comunicação.

ANÁLISE DOS DISCURSOS OPOSTOS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA EMANCIPAÇÃO

Nesta parte do trabalho, examinaremos as diferentes representações que os sujeitos de F1 e F2 assumem na enunciação do discurso em análise. Pretendemos examinar, sob o rótulo **Nós**, as representações do “Nós político” e “a construção discursiva do outro”, essa última dividida em duas: “o povo como representação discursiva do outro”, e “a representação lexical do contrário”. Pensamos estar lidando com o *discurso do outro*, isto é, o interdiscurso, a heterogeneidade, durante todo o processo analítico. Assim, a divisão da quarta parte deste trabalho em três seções se deve especialmente a questões metodológicas.

4.1. O “Nós” político e a não-pessoa discursiva

Como já dissemos, o percurso que seguiremos organiza-se a partir do trajeto enunciativo configurado pelo conjunto de regularidades que caracterizam os discursos de F1 e F2.

Consideraremos, para efeitos de análise, toda a série que se refere à primeira pessoa do plural: **nós**, **nos**, **nosso** e **nossa**, bem como a **desinência verbal** da mesma pessoa.

Segundo Benveniste (1988), o **nós** não é exatamente um plural, mas um **eu** ampliado, que possibilita ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer. De modo que **nós**, por sua própria natureza,

“designa conjuntos lexicalmente não-nomeados”. (Guespin, 1985:46)

As fronteiras indefinidas e móveis de **nós** permitem que a indeterminação referencial instaure-se por meio dele. Segundo Geoffroy (1985:6):

“**nós** é a primeira encarnação lingüística do ‘mais de um’, através da qual é possível examinar a passagem do ‘sujeito falante para o sujeito político”.

Guespin (1985:45-6) retoma a questão da interlocução e acrescenta que o funcionamento da relação **eu/tu** tem muito pouco a oferecer no que diz respeito aos interlocutores sociais. Em seu lugar, surge um **nós**, que se mostra muito produtivo, pois, através dele, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente, daí decorrendo a ambigüidade de seu dizer.

Posto que o **nós** designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, entendêmo-lo como uma *não-pessoa discursiva*. Na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde a um referente lexicalmente não-especificado ao qual o *eu* se associa para constitui **nós**.

A amplitude referencial de **nós** em nosso corpus é muito extensa, o que nos obrigou a estabelecer critérios que possibilitassem a identificação dos diferentes tipos de **nós** mobilizados no discurso da emancipação do Estado de Rondônia.

Apresentamos, a seguir, a grade dos referentes discursivos de **NÓS** em F1 e F2. Vale a pena dizer que não pretendemos que seus limites sejam rigidamente estabelecidos. Considerá-los-emos como possibilidades, podendo cada nível, portanto, ocorrer como referentes discursivos diferentes, na mesma seqüência, o que significa dizer que podem infiltrar-se mutuamente (de fato, os discursos se atravessam). Acreditamos que, no decorrer da análise, o “nós” pode adquirir mais especificamente o efeito ora de um nível, ora de outro. Vale a pena lembrar, a respeito disso, que os sentidos deslizam, derivam para outros sentidos, para outras posições (Orlandi, 1999:53), que esse efeito é da natureza dos discursos.

Sabemos que o sentido só existe como efeito de interpretação. Não está no texto, está nesse movimento de interpretação. A evidência da interpretação não é igual para todos, depende da memória. A leitura nunca é a mesma para todos, sincrônica e diacronicamente, isto é, agora e no tempo. Por esse fato, acreditamos que não podemos usar de rigidez absoluta em relação aos níveis referenciais que ora apresentamos.

Quadro Referencial 1	
Nós em F1 / F2	
Nível	Descrição do Referente Discursivo
Nós 1	Deputado Federal por Rondônia
Nós 2	Deputado e um partido político
Nós 3	Coletividade dos rondonienses
Nós 4	Deputado e o povo rondoniense
Nós 5	Sistema/ Congresso Nacional

Todos os níveis de **Nós** representados neste quadro pertencem à esfera pública. Vê-se, também, que o **Nós 1** é o único que pertence à

esfera pública individual. Os outros dividem esse espaço com os demais níveis. O **Nós5** e o **Nós2** são do espaço do domínio público institucional, do qual os sujeitos de F1 e F2 se fazem porta-vozes. Os mesmos níveis, porque seus referentes remetem a segmentos da sociedade, constituem uso partitivo. O mesmo ocorre com **Nós4**, que difere do quinto e segundo níveis por ser um referente ao qual os sujeitos de F1 e F2 associam-se sem, no entanto, constituir-se como seu porta-voz, (pelo menos, não-autorizado pela totalidade da população). O **Nós3** não está na esfera institucional. Como efeito de **Nós3**, os sujeitos de F1 e F2 associam-se, mais ou menos naturalmente, a todos os rondonienses, num uso coletivo.

A partir do quadro acima, estabeleceremos os recortes discursivos para analisar essa representação dos sujeitos de F1 e F2.

Nós1 - Deputado Federal por Rondônia

JS **Nós** combatemos a supressão do domicílio eleitoral por uma questão de princípios. Eles a combatem por oportunismo
(JS – 09.09.81 – Criação do Estado de Rondônia)

OS - É o outro lado do nosso Território que **pretendemos** abordar focalizando os aspectos altamente positivos de uma região pujante de enormes recursos potenciais onde o atual Governo vem fazendo uma das maiores administrações de todos os tempos.

(OS – 29.03.1980 – s/t)

Com a finalidade de esclarecimento, informamos que a seqüência discursiva acima, do sujeito de F1, faz parte de uma série de cinco questões pontuais que o deputado JS expôs em seu discurso de 09 de setembro, referindo-se às falhas do projeto nº 221-A do governo federal. Um dos itens era a *Supressão de domicílio eleitoral para quem queira se candidatar no novo Estado*. Vale a pena lembrar, para contextualizar, que JS tinha seu domicílio eleitoral fixado em Rondônia desde 1969. A tentativa de supressão favoreceria o Cel. Teixeira, que vinha de Manaus e, portanto, não poderia concorrer ao cargo de governador, caso fossem aprovadas as eleições, por não ter domicílio eleitoral em Rondônia. O “*eles*”, portanto, refere-se exatamente, ou mais especificamente, ao coronel, que seria beneficiado com a supressão desse preceito legal.

Segundo Benveniste, (1988: 258), às vezes “o eu se amplifica por meio de *nós* numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o *nós* de majestade”. É o que ocorre com **Nós1** que, embora presente nos dois domínios do

corpus, não é muito empregado. Prefere-se o uso da primeira pessoa do singular, que caracteriza a figura do locutor.

Nos recortes apresentados, a análise mostra que o **Nós1** é mais comum no discurso de F2, deputado da direita. Esse fato reflete de alguma forma a conjuntura histórica em que o discurso foi produzido: reflete sua certeza de vitória, garantida pelo poder conferido pela parceria. É necessário esclarecer um ponto: a seqüência “*outro lado do território*” refere-se ao fato de que o deputado Jerônimo Santana dirigia-se aos demais parlamentares, constantemente, explorando politicamente as lacunas administrativas do governo Teixeira, assim como os desmandos de seu “grupo palaciano”, enfim, atitudes de quem deseja a reforma. O “*outro lado*” é exatamente abordado numa tentativa de mostrar a “face boa” do governador, que aproveita os recursos dados pela natureza a Rondônia, revertendo-os em benefício do progresso e crescimento da região, bem como do povo lá estabelecido.

O emprego do “Nós” majestático, às vezes, pode conferir ao discurso efeitos de autoritarismo. Aqui, entretanto, não impede a presença das vozes exteriores ao discurso que aparecem nos recortes. O discurso de F1 é permeado pela voz de um enunciador E1(F1) “*eles*”, constituído por um grupo de enunciadores representados pelo governador Teixeira e seus assessores, afetados pela FD2.

F2, que representa o discurso da ditadura, o discurso do governo federal e do território, dá-lhe voz, em seu discurso – E1(F2) é o “*atual governo*” caracterizado como o “bom político – dinâmico, realizador”, aquele que consegue fazer “*uma das maiores administrações de todos os tempos*”.

A ação de sujeito é claramente mostrada nesse “cruzar de vozes”, que permite que um mesmo fato seja dito de várias maneiras, por vozes diferentes, dependendo do ponto de vista de cada um; que impulsiona o sujeito a dizer ou a escrever a partir de um lugar – esquerda ou direita, democracia ou ditadura – que faz com que o sujeitos como F1 e F2 selecionem documentos para produzir seu discurso, o marquem com sua subjetividade, provocando falhas e equívocos, uma vez que a memória é descontínua e que não se tem consciência do que se está vivendo na história, no momento em que se está vivendo a história.

Nós 2 – Deputado e um partido político

O segundo nível referencial de **Nós** apresenta o sujeito de F1e F2 como atuante na esfera pública institucionalizada, haja vista sua associação a uma não-pessoa discursiva, ou seja, o partido político que representa na Câmara Federal e no território. Trata-se do uso partitivo de ‘Nós’, como observamos nas seqüências abaixo:

JS – É **nossa** preocupação também evitar a “gaiola de ouro” do empreguismo dilapidado com recursos públicos com o fim da compra de votos na época pré- eleitoral.
(JS _ 09.09.1981 – Criação do Estado de RO)

OS - O **nosso** dever aqui, no Congresso é o de construção É mais fácil destruir do que construir. V. Ex^a manipula muito mais o segundo caráter (...).
(OS – 29.03.1980 – s/t)

A seqüência discursiva de JS retoma, também, as questões pontuais a que nos referimos acima. Em todo o discurso, como se trata da *defesa do funcionalismo*, vê-se coisas do tipo “estamos preocupados em elaborar uma lei onde sejam respeitados os direitos do funcionalismo”, “é nossa preocupação elaborar uma lei onde a situação dos funcionários resulte na sua promoção e valorização”. Em relação à seqüência de OS, refere-se à enxurrada de acusações sobre os desmandos do governo do território, feitas pelo deputado de oposição, consideradas pelo deputado como uma tentativas de ‘destruição’ do nome do Território no cenário nacional.

Nós2, pertencente ao espaço público institucional, mobiliza uma não-pessoa discursiva em nome da qual os sujeitos de F1 e F2 falam. Os locutores têm posições discursivas parecidas (querem o Estado), apesar de falarem de lugares discursivos diversos, oposição e situação, respectivamente. **Nós2**, nesse caso, enuncia o discurso de seu partido político, a voz compartilhada, autorizada. Isso nem sempre ocorre; é possível a ocorrência de discordâncias que revelem a ausência de regularidades absolutas dentro das fronteiras da FD. Quando esse é o caso, essa postura faz com que enunciadores saiam do anonimato e sejam representados pelos seus porta-vozes, que falam da dimensão coletiva. Apresentaremos a seguir um recorte discursivo onde essa divergência ocorre, a título de ilustração. Vale lembrar que este recorte não pertence ao corpus discursivo. Os sujeitos serão caracterizados, para facilitar a análise, como JL – João Linhares, do PP – Partido Popular e como PF – Peixoto Filho, também do Partido Popular. Os enunciadores serão rotulados como E, seguido pela sigla identificadora do deputado. Vale lembrar que, na época, o PP fazia parte do grupo político que tinha posições contrárias às do governo federal, em relação à emancipação do Território, com ou sem eleições.

JL – O Partido Popular votará contra a urgência do pacote da previdência, pois conhece as manobras do governo, embora aqui não manifestas, para atrasar e tumultuar a votação do substitutivo do dep. Jerônimo Santana.
(JL - 22.10.1981)

PF – O PP não fechou a questão, absolutamente. Como dá a entender o líder ocasional, dep. João Linhares, o Partido Popular vai

votar contra o requerimento de urgência, como se já tivesse fechado a questão. O Partido Popular não pode fechar a questão sem consultar os seus liderados De maneira que eu votarei a favor do requerimento.

(PF - 22.10.19)

Trata-se, como se vê, de duas falas em confronto, dentro de uma mesma FD. No caso de JL, o que ocorre é que esse sujeito apossa-se da voz da totalidade de seu partido político, falando por ele ao expressar a sua posição na votação do Pacote da Previdência enviado pelo Governo Federal, em regime de urgência. Percebe-se, pela fala de PF, que o grupo denominado PP – Partido Popular, que é falado por JL, não o autorizou a tomar sua fala. Assim, do mesmo modo, PF empresta a voz do seu partido para contradizer o que havia dito o sujeito JL gerando, então, uma contradição nos pontos de vista dos parceiros políticos que são afetados por FD1.

Apenas a voz de outro enunciador é aceita por JL – é E1(JL), “*partido do governo*”, representado por todos os membros da FD situação. Difere de PF, portanto, pois o segundo sujeito dá voz a E1(PF) “*líder ocasional*”, que é o próprio JL, como se vê, e fala em nome de todos de seu partido, dando origem a outro grupo de enunciadores E2(PF) “*Partido Popular*” e, finalmente um E3(PF) aparece como “*seus liderados*”. É interessante notar que todos os enunciadores colocados em cena por PF são os mesmos sujeitos. Apenas E1(PF) refere-se a outro sujeito, o próprio JL.

Assim, parece que estamos diante de uma contradição entre as “práticas discursivas” de uma mesma FD, que fecha as suas fronteiras para o exterior, no caso do discurso de PF. Processo diferente vamos observar na análise de **Nós2** da seqüência do nosso *corpus* discursivo.

Nós1 e **Nós2** têm semelhanças e diferenças, representam o discurso da oposição/situação, através de papéis diferentes, ou seja, **Nós1** representa o papel público individual, enquanto que **Nós2** figura no espaço público institucional. É a diferença maior entre os dois níveis. Ambos representam o povo de Rondônia na Câmara Federal, em Brasília. Como dissemos anteriormente, os discursos podem infiltrar-se. É o que parece acontecer com **Nós1** e **Nós2**, nessa análise, tornando difícil a sua distinção.

Sabe-se que o estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos e que o interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente. A FD se apresenta aqui como domínio aberto e inconsistente e não como domínio estável, com uma “visão de mundo” cristalizada, como parece ser o caso do sujeito PF, acima.

Sendo a FD um deslocamento de fronteiras em função de diferentes jogos ideológicos, o discurso é heterogêneo, oferecendo a oportunidade de entrecruzamento de outras vozes com a voz do sujeito de F1 e F2. Assim, nessa

seqüência, confirma-se que o discurso é construído sobre e a partir de outros discursos, o que se pode perceber claramente quando o sujeito de F1 dá voz ao seu partido político, que constitui o grupo de enunciadores, E1(F1), “*nossa preocupação*”, uma vez que a sua fala é autorizada pelos seus parceiros políticos. Em “*gaiola de ouro*” e “*compra de votos na época pré-eleitoral*”, enxergamos outro enunciador, E2(F1), o *governo territorial*, pois, como se sabe, podemos recorrer à memória discursiva e à história para resgatar o que não é dito. Coisa semelhante ocorre no discurso de F2, que também fala pela voz de E1(F2), partido do governo, representado por um grupo de enunciadores. Um enunciador E2(F2), também coletivo, se faz presente por meio de “*Congresso Nacional*”. “*V.Ex^{as}*” constitui E3(F2) que, pelo processo instaurado na memória histórica e portanto discursiva, sabemos tratar-se do sujeito de F1, empiricamente chamado de Jerônimo Santana, deputado pela oposição.

Vale lembrar, para efeito de esclarecimento, que as campanhas eleitorais para compor a Câmara Federal eram realizadas, no território, com a compra desenfreada de votos, através de empregos arranjados de última hora mantidos ou tirados sumariamente após a vitória (ou derrota) do “comprador”. É por isso que o sujeito de F1, JS, refere-se ao processo como “gaiola de ouro” – o eleitor ficava de “rabo preso” ao compromisso de ter que votar no candidato “comprador” e sua prisão era o emprego ou cargo.

Nós 3 – Coletividade dos rondonienses

Nesse nível, a associação dos sujeitos de F1 e F2 acontece com a generalidade de seus interlocutores para formarem a “totalidade dos rondonienses”, na qual os deputados estão incluídos. Tal associação realiza uma operação de inclusão, em que parceiros e adversários são acolhidos, ou seja, F1 e F2 constituem a representação da população do território. Paralelamente, há um *Nós* representado, que é o povo do território. É o único nível coletivo de **Nós** que se localiza fora do espaço institucional, embora ainda na esfera pública. Neste terceiro nível, é o povo de Rondônia que é representado no universo discursivo, como veremos nos recortes:

JS - A meta do Estado é a única esperança de **nos** libertarmos das trevas da ditadura. A busca do estado representa a possibilidade de termos, em Rondônia, a presença de um poder legislativo.
(JS – 09.09.1981 – Criação do Estado de RO)

OS- E o Território Federal de Rondônia, prestes a transformar-se em estado, vem sendo grandemente beneficiado pela iniciativa

governamental (...) para que **possamos** acompanhar de perto o ritmo do desenvolvimento (...).
(OS – 15.08.1980 – s/t)

Por ser do espaço coletivo, **Nós3** permite aos sujeitos de F1 e F2 socializarem o seu dizer, repartido com a não-pessoa discursiva – a coletividade dos rondonienses. Constata-se que, em ambos os sujeitos, apesar de o objetivo ser o mesmo, as posições discursivas são diferentes. O sujeito de F1 deseja o fim da ditadura e coloca sua esperança na transformação do Território em Estado, “*única esperança de nos livrarmos das trevas da ditadura*”. Em outras situações discursivas, que não foram recortadas para o corpus, F1 faz referência à ditadura e à nomeação de governadores pelo presidente da República como “ranços e cacoetes do AI-5” (discurso de 24.09.81). A Democracia não é explicitamente mencionada no discurso de F1, mas “*o fim das trevas da ditadura*” e a “*presença de um poder legislativo*” implicam a sua determinação discursiva.

Nós3, no discurso de F1, é um nível partilhado com toda a população de Rondônia; não há diferenças entre o povo – sujeito coletivo, uno e indivisível - e seu porta-voz na Câmara. F1 comporta-se, aí, como sujeito democrático. Assim, povo de Rondônia e F1, povo e porta-voz, são redefinidos, a partir do aparelho de direito do Estado, como elementos idênticos de um mesmo campo - são “gente” do território de Rondônia, que constitui a idéia de totalidade e identidade entre eu/tu/você. Parece-nos haver, nesse caso, um **Nós** = Sujeito Universal de direito que funciona discursivamente como categoria homogênea, que não permite operações de divisão interna, pelas quais os elementos que integram sua extensão poderiam ser distribuídos em conjuntos discretos.

No discurso de F2, observa-se o confronto de formações ideológicas diversas, ou seja, o sujeito de F2 é afetado pela FD “situação” e isso implica em mudança de discurso em relação ao sujeito de F1. Aqui não há a preocupação da instauração da democracia no futuro Estado. Há, sim, uma sólida parceria impulsionada, talvez, por interesses mútuos.

Se bem observado, é possível encontrar a figura lexicalmente não-nomeada “povo do território”, aqui apagada, mas indiretamente lembrada no discurso de F1 em “*presença de um poder legislativo*”; em F2, em “*grandemente beneficiado pela iniciativa governamental*”. Como já dissemos, os discursos vêm sempre de outros discursos, que constituem o já-dito que nele aparece de maneiras diversas. No caso citado acima, o que ocorre é uma “alusão” a um pré-construído não-dito. O que queremos dizer é que o povo do território, por um lado, será o beneficiado, pois terá seus direitos de cidadão brasileiro respeitados (F1) e, por outro, será também o beneficiado, visto ser atingido pelo desenvolvimento que, certamente, a emancipação trará a Rondônia (F2).

Nós 4 – Deputado e o povo rondoniense

Embora muito semelhante a **Nós3**, este nível de **Nós** se diferencia dele por atuar em duas esferas públicas, concomitantemente, a institucionalizada e a não institucionalizada. Associa-se aos diferentes segmentos que compõem a sociedade rondoniense e, embora não na totalidade, apresenta-se como seu porta-voz. O povo do território, nesse nível, deixa-se falar pelo seu representante na Câmara.

JS - O Estado que **pretendemos** criar, e para tanto vamos emendar o Projeto é um Estado democrático, com eleições para todos os cargos, para evitar os missionários.
(JS – 29.08.81 – Criação do Estado de Rondônia)

Não encontramos uma seqüência discursiva significativa de **Nós4** em F2, que permaneceu no silêncio.

Em **Nós4**, o sujeito de F1 representa-se associado a público especificado, ou seja, eleitores especificados, grupos especificados. Essa associação não faz do sujeito de F1 porta-voz da totalidade dos rondonienses. Nota-se que o discurso do sujeito de F1 traz, ainda, a mesma abordagem – a instauração da democracia plena, com eleições para governador. Vale a pena esclarecer que “*os missionários*” a que JS se refere são os governadores coronéis, que se caracterizavam como “homens de missão, não de eleição”. O sujeito de F1 associa-se a não-pessoas discursivas pelo viés de **Nós2** e se faz porta-voz autorizado dos seus partidários políticos. Associa-se, igualmente, porém, a outras não-pessoas discursivas, embora em relação contraditória e não autorizada. Tal autorização caberia ao sujeito de F2.

Vale a pena lembrar que, durante o tempo de tramitação do projeto do governo na Câmara Federal, o deputado pela oposição apresentou um substitutivo, em 09 de setembro de 1981, bem antes, portanto, da data de aprovação, pelo plenário, do projeto do presidente da República, de nº 221-A/81, o que só aconteceu em 16.12.81. No substitutivo, havia uma só emenda - tratava-se da substituição da palavra *nomeação* por *eleição*. Isso só, justifica “*pretendemos criar*” e “*vamos emendar*”. Na verdade, no contexto, esta é a questão fundamental. Como representante do povo do Território na Câmara, F1 refere-se a si mesmo como “nós”, querendo significar, provavelmente, “*eu e o povo que me elegeram e, portanto, autorizaram*”.

Essa operação de associação acontece também quando o sujeito coloca em cena enunciadores diversos, como em F1, que em “*pretendemos*” e “*vamos criar*” provoca o aparecimento de um grupo de enunciadores constituídos também pelo “*povo rondoniense*”, que chamaremos aqui de E1(F1). E2(F1), seu oponente, encontra-se em “*missionários*”, que sabemos serem vozes dos coronéis

nomeados para governar o território. Em quase todos os discursos de F1 lêem-se referências ao cognome “missionários”, referindo-se aos coronéis governadores. A explicação foi dada acima.

Eventualmente, as operações de associação, ora de inclusão, ora de exclusão, permitem uma avaliação do espaço discursivo reservado à representação do povo que, mesmo dimensionado como não-pessoa discursiva, aparece como que com os seus direitos despojados, transformados em desejos e direitos de seus representantes na Câmara Federal.

Nós 5 – Sistema, regime, Congresso Nacional

Nós5 pertence ao espaço público institucional. Os sujeitos de F1 e F2 falam em nome de uma não-pessoa discursiva, haja vista que não há referência a sujeitos individuais; associam-se ao referente de maneiras diferenciadas, mas apenas F2 pode considerar-se como seu porta-voz legítimo. Vejamos:

JS - Hoje **temos** cinco municípios no interior, municípios de expressão, populosos, que não têm juiz, não têm cartório, não têm Ministério Público. É um convite ao banditismo, ao bandoleirismo (...) O Governo esquece-se de que a polícia é um auxiliar da Justiça.

(JS – 16. 05.1979 – s/t)

OS - Renovo, nesta oportunidade, a minha confiança no governo do presidente Figueiredo, que não há de faltar ao governador Teixeira o apoio e os meios (...) transformar Rondônia num vigoroso Estado da Federação. E isto **conseguiremos**, se Deus quiser.

(OS – 29.03.1980 – s/t)

Esse nível de “nós” é o prolixo e rico em vozes que cortam os discursos de F1 e F2.

Nós5 representa a posição de F1/F2, diferentemente associadas, desta vez, a referentes diversificados, ou seja, partidários das oposições no Congresso Nacional e companheiros de partido em Rondônia, de um lado; e partidários da situação no Congresso Nacional e, também, no território, de outro. Os sujeitos de F1 e F2 se instituem como porta-vozes de membros do Governo, diferenciados, sem nomeá-los, transformando-os em não-pessoas discursivas.

Em **Nós5**, o sujeito empresta a sua voz à enunciação que atesta a ideologia de F1 e F2. Constrói o seu discurso em nome da não-pessoa

discursiva instaurada pelo conjunto lexical não nomeado “*sistema, regime, Congresso Nacional*”, que se constitui em E1(F1,F2) A força do sujeito de F2 é atestada, novamente, pelo poder da parceria.

Nós5 difere de **Nós 1** em virtude da natureza de seus referentes, institucionalizado e não institucionalizado, respectivamente. Parece óbvio que o referente de **Nós5** tem uma abrangência maior, pois fala do lugar discursivo Câmara Federal.

Vale a pena lembrar que, embora **Nós4** e **Nós5** promovam a mobilização do porta-voz, não o fazem de maneira semelhante, impedidos pela formação ideológica. Enquanto o primeiro fala do lugar que ocupa na Câmara, portanto, responsável pela sua enunciação administrativa, o segundo é responsável pela enunciação ideológica do regime.

Além de E1(F1-F2), representado no discurso dos sujeitos de F1 e F2 pelo conjunto lexical não-nomeado, outras vozes aparecem nesse interdiscurso, ou seja, no recorte que constitui o discurso de F1 aparecem o “*juiz*” - E2(F1), um grupo de enunciadores denominados “*Ministério Público*”, da ordem do coletivo - E3(F1), e um grupo de malfeitores constituído de “*bandidos e bandoleiros*” - E4(F1); E5(F1) está em “*Governo*”, já dito em “*Sistema*”, mas agora envolvendo também o governo do território e E6(F1), a “*polícia auxiliar da justiça*” que traz de volta E3(F1), pois faz parte de Ministério Público.

O mesmo ocorre no discurso de F2, que permite vozes “parceiras”, quais sejam, E1(F2) - “*presidente Figueiredo*” - que também aparece em “*Sistema*”, embora somente na memória discursiva - o não dito, “*Governador Teixeira*” é E2(F2) e, por fim, se podemos considerá-lo como enunciator “virtual”, onipotente e onipresente, “*Deus*” é E3(F2) - “*Se Deus quiser*” - que, com sua onipotência poderá ‘mexer os pauzinhos’ para que o sujeito de F2 consiga atingir a sua meta: emancipar o Estado, sem eleições diretas. *Deus* está, portanto, implícito na possibilidade de realização dos objetivos do sujeito da situação.

Resumindo, os níveis de **Nós** apresentados acima, constróem um referencial discursivo muito grande, que permite a instauração não só da indeterminação, como também da ambigüidade, pelo fato de poder apresentar referentes diversos.

Também pode ocorrer que, numa mesma seqüência discursiva ocorram várias vezes os diferentes níveis de **Nós** apresentados, tornando a ambigüidade passível de grau elevado, como veremos nos recortes, a seguir:

JS - Admitimos (**Nós1**) até que a política de abertura do governo Figueiredo esteja sendo frustrada, no momento em que manda a esta casa um projeto de lei que propõe que o novo Estado de Rondônia tenha o futuro governador nomeado e não eleito (...) agiram de má fé, talvez em causa própria, procurando manter privilégios porque já estão no Governo de Rondônia e

procuram através desta propositura, ali se manter por mais 5 anos, sem o voto dos nossos **(Nós3)** concidadãos.

(JS – 11.11.1981 – Elevação do TF de Rondônia a Estado)

O referente da primeira ocorrência de **Nós** é o próprio sujeito de F1 que fala de seu lugar discursivo de deputado federal por Rondônia, rejeitando qualquer inclusão. A segunda ocorrência, do terceiro nível referencial, inclui a coletividade dos rondonienses e se associa a ela, denotando inclusão. Quando se observa, na mesma seqüência discursiva, um **Nós** exclusivo e outro inclusivo, é possível que essa coexistência crie um efeito de neutralização dos diferentes referentes discursivos que as não-pessoas discursivas mobilizam.

Na seqüência acima, são várias as vozes que aparecem. Senão vejamos: o autor E1(F1) = F1, inicia o texto instituindo o plural majestático – é ele quem fala “*Admitimos que*” – e em E2(F1) reconhece-se a voz do “*governo Figueiredo*”, autor do projeto de lei referido por E1(F1). O “*futuro governador*” constitui E3(F1) e é, ao mesmo tempo, o motivo do confronto entre as duas FDs – situação e oposição. Um E4(F1) aparece, constituído como grupo de enunciadores, discernível em “*agiram*” e em “*causa própria*”, que representam o que F1 chama de “grupo palaciano”, em seu discurso de 05.12.1981, formado pelo Governador Cel. Jorge Teixeira e seus secretários, assessoria, etc. O mesmo grupo – E4(F1) – responde pelas falas “*já estão no governo de Rondônia*” e “*procuram ali se manter*” e, finalmente, um E5(F1) se enuncia, através de “*concidadãos*”, representados em **Nós3**, pela totalidade dos rondonienses, onde E1(F1) retorna, como membro dessa totalidade.

O interdiscurso instaurado nesta seqüência ocorre devido à incorporação de pré-construídos exteriores e antagônicos ao discurso de F1. É um exemplo do que Pêcheux (1983) poderia estar comentando nesses termos: é o “discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (p.316).

JS - *Estamos (Nós5)* elaborando uma lei complementar que pode revogar disposições em contrário (...) os Estados não podem editar decreto-lei. Se não se pode o mais, não se pode o menos (...) Nem o Idi Amim, nem o maior ditador da história teria tantos poderes quanto esse governador do estado de Rondônia (...) Se estamos **(Nós3)** em época de abertura política, pregada pelo Presidente da República (...) como estabelecer uma ilha de ditadura, num estado de exceção dentro da Federação (...) Então, para criar um novo estado, nós **(Nós3)** que dele somos, temos que pagar o preço de tolerar a ditadura(...).

(JS – 11.11.1981 – Elevação do TF de RO a Estado)

No primeiro **Nós** da seqüência, o sujeito de F1 associa-se à

não-pessoa discursiva Congresso Nacional, e une-se aos adversários políticos, através de “*estamos*”, ocorrência que caracteriza **Nós5** em uma operação de inclusão, que não se repete, entretanto, em “*estamos*” na sua segunda ocorrência, caracterizada como **Nós3**, totalidade dos rondonienses. Essa análise baseia-se no fato de que, na seqüência, lê-se “*como estabelecer uma ilha de ditadura num estado de exceção dentro da Federação*”, em que F1 refere-se a Rondônia. Está caracterizada aqui uma operação mista, se é que se pode assim dizer, tanto de exclusão quanto de inclusão. Em “*estamos*” (**Nós3**), há exclusão da não-pessoa discursiva *Congresso Nacional* e a inclusão do conjunto igualmente não nomeado “*povo de Rondônia*”. A última ocorrência de “Nós”, a não-pessoa discursiva *Congresso Nacional* é excluída, pois, como em “*estamos*” ocorre somente a inclusão do conjunto lexical não nomeado “*a população do território*”. Aqui, a associação de F1 à totalidade da população do território denota um “dever de abdicação da democracia” por **Nós3** que, se quiser ser Estado, deverá “*tolerar a ditadura*”, ou seja, associar-se ao adversário político.

Como na primeira seqüência da coexistência de vários **Nós**, nesta, F1 também dá voz a inúmeros enunciadores. Senão vejamos: E(F1) = F1 permitem, pelo caráter do referencial, a fala de um grupo de enunciadores que constituem o Congresso Nacional, na sua totalidade, em “*Estamos*”. E2(F1) seria uma voz dada a um enunciador fora do contexto, o Idi Amim, ex-ditador, citado apenas no intuito de compará-lo ao Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, no que se refere a poder absoluto. Aparecem o E3(F1), em seguida, representado por “*esse governador do estado de Rondônia*” e o E1(F1), desta vez dissociado do grupo de enunciadores constitutivos de Congresso Nacional e associado a E4(F1), totalidade dos rondonienses. O “*presidente da República*” institui a presença de um quinto enunciador, E5(F1), e volta, novamente E1(F1), ainda associado à totalidade dos rondonienses, “*nós*” e provocando a exclusão do conjunto não nomeado Congresso Nacional.

Diríamos que “*ditadura*” poderia constituir-se como um último enunciador, E6(F1), que seria a associação de E5(F1) e E3(F1), seus representantes na conjuntura nacional e territorial, respectivamente.

Em toda a análise efetuada em torno de **Nós**, observou-se que as fronteiras das FDs não são, realmente, intransponíveis, permitindo seu rompimento por outras FDs, levando assim ao interdiscurso. A inserção das diferentes vozes nos recortes discursivos apresentados comprova a heterogeneidade, em sua modalidade constitutiva, haja vista não ter sido possível recuperar suas marcas na materialidade³ lingüística, mas somente no processo discursivo. A população do Território Federal de Rondônia, distribuída entre os níveis 3 e 4, teve suas vozes apagadas nos demais níveis. Essa foi sua dimensão nos níveis mencionados – a redução à não-pessoa discursiva.

³ Como em Indursky, 1977.

Passaremos, a seguir, a ver como essa mesma população é referida, incluída ou excluída pelo item lexical **povo** na construção discursiva do “outro”; como F1 e F2 apropriam-se das vozes do povo mantendo suas aspirações ou transformando-as em suas (deles). Nas duas opções, “mantendo” ou “transformando”, estaremos lidando, também, com as FDs em confronto, ou seja, pró-democracia e pró-ditadura, respectivamente.

4.2. O povo como representação discursiva do outro

Acreditamos que ao estudarmos o sujeito político **Nós**, associado à não-pessoa discursiva, de uma certa forma estivemos estudando, também, a representação discursiva do **outro**.

Nesta parte do trabalho, estaremos analisando, também, a construção do **outro** nos discursos da Câmara Federal, bem como suas diferentes configurações. O **outro** será analisado aqui a partir de duas modalidades diversas: a representação *consensual* do **outro** e a sua representação como *contrário*.

Uma das formas de referir o *outro* em F1 e F2 é o uso do item lexical **povo**, que é apenas mencionado, não se produzindo um discurso *do povo*, mas um discurso *sobre o povo*. Para o item *povo*, registraremos também uma grande amplitude referencial que, como no item anterior, constitui várias possibilidades de interpretação, podendo imiscuir-se mutuamente. Vejamos o quadro seguinte:

Quadro Referencial 2	
Povo em F1 e F2	
Nível	Descrição do Referente discursivo
Povo 1	Classe média, classes produtoras
Povo 2	Trabalhadores rondonienses
Povo 3	Coletividade de rondonienses
Povo 4	Massa de manobra política
Povo 5	Sociedade civil organizada, rondonienses

Observa-se nesse quadro que, à exceção de **Povo 3**, **Povo 4** e **Povo 5**, os outros níveis constituem empregos partitivos desse item lexical. Vamos à análise:

Povo 1- Classes médias, classes produtoras

Consideramos “classes médias, classes produtoras” a faixa da população rondoniense cuja renda é oriunda de indústrias, comércio, prestação de serviços, entre outras. Achamos interessante esclarecer esse ponto, uma vez que pode haver dúvida em relação à diferenciação dos níveis referenciais:

JS - O Estado de Rondônia surge do esforço e trabalho de seu **povo**, uma conquista árdua, que custou e custa muitos sacrifícios.
(JS – 26.08.1981 – Elevação do TF de RO a Estado)

OS - E por reconhecer que o seu soerguimento não poderia prescindir da ajuda de todos os rondonienses, lançou o desafio ao espírito desbravador de **nossa gente**.
(OS – 18.04.1980 – s/t)

Não se trata do discurso do *povo*, mas dos discursos de F1 e F2 que se constróem como o intérprete dos anseios do **Povo1**. O sujeito de F1 faz-se *povo* em **Povo1** e ao falar, dá-lhe voz, instaurando o interdiscurso, através de E1(F1), representado por **Povo 1**. Assim procedendo, assume a função enunciativa de porta-voz, produzindo o efeito de universalização do partitivo. Como o oposto, afetado por FD antagônica - o partido de direita - o sujeito de F2 dá voz ao regime militar, na figura do presidente Figueiredo, protótipo do autoritarismo para os partidários da oposição. Opera com a inclusão por meio da elipse de “*ele*”, representado pelo presidente, nomeando-o como E1(F2). E2(F2) é representado por “*nossa gente*”, incluída no referente “classe média, classes produtoras”.

Ambos se assemelham, entretanto, pois falam em nome de **Povo1** usando-o como coletivo. Esse procedimento reveste o discurso de autoridade e constrói o efeito de sentido de unanimidade, de totalidade.

Povo 2 – Trabalhadores rondonienses

A confirmação do segundo nível representa o **povo** como a parcela da população que trabalha, isto é, as massas populares, *que constróem o Estado de Rondônia de amanhã*, mesmo não sabendo se poderão ou não usufruir dos benefícios que tal fato poderá trazer. Trata-se da noção geral de povo, que se sentirá prejudicado e decepcionado com seus governantes, caso não aconteça a emancipação do Estado com eleições. Vamos observar que, nesse nível de “povo”, não se encaixa toda a população de Rondônia que é referida por F1.

Vale lembrar que, neste nível, são considerados trabalhadores rondonienses as classes assalariadas, cuja renda é oriunda de serviços prestados em construções, na abertura de estradas, na retirada da madeira, na extração da seringa, no campo, entre outros.

JS – Não bastasse essa inconstitucionalidade e essa desconsideração para com o **povo** trabalhador de Rondônia, o projeto se excede em violência quando determina que o governador a ser nomeado pelo presidente da República e poderá assinar decretos-lei.

(JS – 09.09.1981 – Criação do Estado de Rondônia)

OS - (...) Rondônia está com sua estrutura preparada para constituir-se em 1981, no mais novo Estado da Federação, mercê do seu desenvolvimento e da pujança de seu **povo**.

(OS – 15.08.1980 – s/t)

Por meio de **Povo2**, é construída a imagem de *povo trabalhador*, generoso, compreensivo e sofredor (isso ocorre mais no caso do sujeito de F1). O sujeito de F1 dá voz a diferentes enunciadores, quais sejam: E1(F1), representado por “*povo trabalhador*”, E2(F1) é o “*governador nomeado*” e, portanto afetado por FD2 e um outro enunciador E3(F1), igualmente afetado pela FD antagônica, protótipo da ditadura, “*presidente da República*”. O sujeito de F2 relaciona a **Povo2** uma imagem de força (“*pujança*”) sem, entretanto, deixar de referir-se à classe trabalhadora, quando diz “*Rondônia está com sua estrutura pronta para constituir-se Estado*”. Pressupõe-se que a pujança e a força do povo rondoniense tiveram papel decisivo na construção da estrutura daquele TF. A voz de F2 é compartilhada com “*povo*” – E1(F2).

Os sujeitos de F1 e F2 têm para com o *povo* atitudes distintas: o discurso de F1 classifica como “*desconsideração com o povo trabalhador*” a atitude do governo federal, e o sujeito de F2 trata discursivamente o *povo* acarinhando-o, incentivando-o. Para F1, *o povo*, apesar de ser trabalhador, não poderá participar do processo democrático, caso não aconteçam as eleições em Rondônia após sua emancipação. Isso ocorrerá caso o projeto do governo federal seja aprovado na íntegra.

Pode-se perceber que o discurso produzido em nome de **Povo2** não institui os sujeitos de F1 e F2 como seus porta-vozes. Pelo menos não para a totalidade de **Povo2**, afetada por duas FDs antagônicas, em confronto. O que ocorre é que esses sujeitos apropriam-se da voz do *povo* e se proclamam o seu porta-voz.

Lembramos que estamos tratando com duas posições ideológicas distintas, com FDs distintas e convém ressaltar alguns pontos. Os sujeitos de F1/F2 são os porta-vozes legítimos de **Povo1**, emprestando-lhe a voz; o mesmo não ocorre com **Povo2**: os sujeitos de F1/F2 não se fazem povo nesse segundo nível,

porque a ele não pertencem e, portanto, não têm autoridade para falar em nome de **Povo2**.

Sendo assim, **Povo2** permanece sem voz e o discurso que lhe é atribuído pertence, de fato, aos sujeitos de F1/F2, que atuam por sua própria decisão, como mediadores.

Onisciente é o termo próprio para designar adequadamente os sujeitos de F1/F2, em sua relação com **Povo2**. **Povo2** corresponde àquela parcela de rondonienses que, vindos de outras regiões à procura de melhores dias têm consciência de seus direitos apenas aquele que é cumprir com seus deveres, ou seja, são rondonienses que, à espera do amanhã consideram a emancipação do estado como futuro promissor. O fato é registrado do discurso de F2, com maior clareza.

Há um processo de inclusão e exclusão contínuo nas seqüências acima. Se bem observado, apesar de o item lexical “povo” poder incluir também as “classes produtoras, a classe média”, esses referentes são excluídos em **Povo2**, que se refere apenas aos “*trabalhadores*”, dando uma idéia generalizada de “povo”, como *massas populares*. Da mesma maneira, F1 exclui o povo do território quando trata do “*governador nomeado*” pois, segundo o que transparece em seus discursos, esse povo deseja eleger seu governante. E ainda opera a exclusão de “povo” quando fala sobre o autor da nomeação “*presidente da república*” que não estará respondendo aos anseios do povo.

O sujeito de F2, por sua vez, inclui os “*trabalhadores*” quando diz que “*a estrutura está preparada*”, enquanto se exclui do processo e torna a incluir o povo na sua “*pujança*” ao mesmo tempo em que novamente, se exclui.

Esse vaivém de inclusão/exclusão demonstra o que Maingueneau postula sobre a relevância do interdiscurso, que permite a presença do pré-construído como constitutivo fundamental dos discursos.

Povo 3 – Coletividade dos rondonienses

JS - O Governo Federal já se convenceu desta necessidade e liberou informações dando conta de que Rondônia será estado em 1980. Essa medida representa uma vitória do **povo** de Rondônia e do MDB, que luta por essa conquista a oito anos.
(JS - 26.06.1979 - s/t)

OS - (...) que o governador Jorge Teixeira (...) vêm fazendo uma administração altamente equilibrada, voltada para os altos interesses do **povo** de Rondônia em absoluta consonância com as diretrizes do governo do eminente presidente Figueiredo.
(OS - 22.03.1980 - s/t)

Trata-se aí, de um emprego genérico de *povo*, diferenciando-o dos demais níveis que referem os segmentos sociais nesta análise. Tal efeito apresenta-se em ambos os discursos que constituem este recorte. Mostra-se nitidamente como discursos *sobre o povo*, produzindo um efeito de sentido fortemente democrático. Nesse nível referencial, os discursos dos sujeitos de F1 e F2 assemelham-se, como é possível apreender pela análise.

Esse recorte de F1 foi retirado de um discurso mais antigo, quando apenas se cogitava em transformar o território em estado. Nele, o sujeito de F1 retira-se do cenário e dá a voz ao povo de Rondônia, qualificando-o como responsável pela vitória. Mas, em seguida, empresta a mesma voz ao seu partido político e fala como seu representante, abocanhando um quinhão dessa vitória. F1 não fala sozinho – temos novamente alguns enunciadores em cena: E1(F1) é o “*Governo Federal*” representado pelo presidente que informa-se sensibilizado e disposto a atender aos anseios do povo e do MDB. Aparece de novo E1(F1), na elipse de “*ele*”, que ocorre em seguida. A seguir, mostrado por F1 como uma espécie de “grupo em função da parceria política”, E2(F1) e E3(F1), representados pelo povo e pelo MDB.

O discurso de F2 representa a FD antagonônica, pró-ditadura. Logo de início, F2 oferece a voz a E1(F2), o “*governador Jorge Teixeira*”, nomeado, convém lembrar, parceiro político do “*eminente presidente João Baptista Figueiredo*”, E3(F2), igualmente afetado por FD2, por constituir-se na pessoa que nomeou/nomeará o administrador do novo estado, contrariando os objetivos de F1. E2(F2) é o “*povo*” de Rondônia que, contrariando o já-dito por F1, está em “*absoluta consonância*” com o governo Figueiredo e, portanto, com a nomeação do governador.

Povo 4 – Massa de manobra política

Façamos um retorno aos três primeiros níveis de referência discursiva: em **Povo1**, o povo é aquele que *apoia*, em **Povo2**, aquele que *se sacrifica* e em **Povo3**, aquele que *constitui o território/estado*. Mas, em **Povo4**, o povo reaparece como sujeito à manipulação de terceiros, como massa de manobra política. Vejamos:

JS – (...) o **povo** de Rondônia, indignado, votará todo na oposição para registrar seu protesto contra o PDS que, ao aprovar a lei criando o estado de Rondônia, impediu o seu livre exercício do voto para a eleição de governador.
(JS-s/d - Eleições no Estado de RO)

Os – Mas o **povo** saberá que a resposta virá breve. Rondônia começou a acordar para as realidades presentes e sabe que tem um governador cuja ação não se queda às maquinações levianas do dep. Jerônimo Santana.
(OS – 16.03.1980 – s/t)

O sentido de povo como *massa de manobra* já se manifesta em JS – “o povo de Rondônia, indignado, votará todo na Oposição”. Tal atitude decorre, é bom esclarecer, do fato de o Projeto de Lei Complementar nº 221-A/81, do Governo Federal, ter sido aprovado na Câmara Federal em 16.12.81 pela maioria absoluta do PDS – os seus deputados, segundo contam, foram arrastados até do exterior, onde estavam de férias, para virem votar – apesar dos esforços contrários do dep. Jerônimo Santana. Não fosse assim, **Povo5** poderia conquistar o poder em Rondônia, votando nas oposições, como mostra a conjuntura histórica.

Isso posto, pode-se notar que **Povo4** representa, discursivamente, a neutralização de **Povo5**, que será analisado na seqüência. Assim sendo, através desse antagonismo, o discurso mostra a tensão entre forças contrárias, que se confrontam no cenário discursivo dos sujeitos de F1 e F2.

Vale dizer que **Povo4** – maioria silenciosa e manipulável – é concebido como profundamente suscetível à demagogia praticada pelo sujeito de F2, marcando o retorno do discurso populista, supostamente banido com o advento do regime militar. Desse modo, o discurso que refere **Povo4** em F2 funciona como engodo para ocultar a manobra de um grupo político que desejava perpetuar-se no poder.

Povo4 não é “dono de seu destino, é um povo que se deixa organizar”. A possibilidade de, pela primeira vez, o povo escolher seu governante através do voto livre havia se escoado pela aprovação do projeto do Governo Federal. Dessa maneira, estava tolhido o “*desejo do povo*” e a “*possibilidade de participar*” do governo havia se esvaído. Embora o povo não tenha participado diretamente da aprovação do projeto já mencionado, agora esse povo vai servir de “depositário” das frustrações políticas de F1.

F1, no recorte acima, dá voz a E1(F1), isto é, ao “*povo de Rondônia*”, indignado; a E2(F1) que se instaura por meio de “*oposições*”. E3(F1), o “*PDS*” constitui a inclusão dos adversários políticos no discurso, mas não como uma associação e sim provocando uma disjunção, haja vista serem afetados por FDs antagonicas. Há um retorno de E1(F1) à cena discursiva, representado pelo anafórico “*seu*” e E4(F1) é constituído por “*governador*”, que tem a mesma caracterização de inclusão exposta em E3(F1) – PDS.

O sujeito de F2, num *alerta ao povo*, coloca-o em cena como E1(F2), que tem um E2(F2) “*governador*” que trabalha pelo Território/Estado e que não se deixará derrubar por E3(F2), “*Deputado Jerônimo Santana*”, representado, nesta análise, pelo sujeito de F1, líder das oposições no processo de emancipação de Rondônia.

Ambos os sujeitos, entretanto, inserem-se numa situação discursiva semelhante – são porta-vozes do povo, são pessoas discursivas oniscientes, decidem por **Povo4**, mas diferem profundamente entre si, pois suas posições não são oriundas da mesma fonte, não vêm do mesmo discurso, e seus discursos são falados

por formações ideológicas em confronto.

Povo 5 – Sociedade civil organizada, rondonienses

JS – O PMDB de Rondônia (...) tem execrado todas as formas apocopadas de nomeações que solapam e desprezam a vontade livre e soberana do **povo** rondoniense.
(JS 19.11.1981 - Eleições para governador)

OS – (...) e o Governo que, auscultando os anseios do **povo**, investe maciços recursos em atividades fundamentais do desenvolvimento (...)
(OS – 18.04.1980 – s/t)

Trata-se de um discurso *sobre o povo*, mas, agora, de um povo dotado de voz e de desejo, ou seja, de capacidade de reivindicação e de decisão. Nesse nível referencial, os sujeitos de F1/F2 não se apresentam como seus porta-vozes, como em **Povo2**. Apenas referem *o outro* e incorporam ao seu o discurso dele, provocando com isso o deslocamento das fronteiras de FD2/FD1, que afetam seu discurso.

Aqui se admite discursivamente que o *povo* tem vontade própria (JS) e que é respeitado pelo governo (OS). Em JS, observa-se que nem sempre a vontade do *povo* coincide com os desejos dos governantes; o mesmo não ocorre em OS, onde *povo e governo* atendem aos imperativos do desenvolvimento do Território/Estado. Vale dizer que esse último constrói-se sobre o reconhecimento dos direitos de cidadania do povo, pelo governo. Assim, o povo em **Povo5** inicia sua caminhada discursiva rumo ao direito de ter uma voz diferente da voz do poder. Aí se instaura a recuperação discursiva de seus direitos.

4.3. A representação lexical do contrário

O *outro*, antagonista, pode assumir diferentes representações no discurso em análise. Examinaremos tal representação em sua natureza lexical.

Como ocorreu até aqui, nesta parte, estaremos também tratando com posições ideológicas divergentes, uma vez que temos, no corpus discursivo, duas FDs em confronto – pró-democracia e pró-ditadura. Assim, nos discursos do sujeito de F1, o *outro* receberá representações tais como “**governadores pára-quadistas**”, “**coronéis biônicos**”, “**governador de proveta**”, “**missionários**

biônicos”, na sua totalidade referindo-se ao governador nomeado do território, Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, por ter sido a pessoa escolhida pelo presidente Figueiredo para administrar o Estado e constituir-se em elemento de sua confiança, o mesmo que, em 1982, levaria os candidatos do PDS a ganhar as eleições para o senado.

Em F2, *o outro* é outro: é o próprio sujeito de F1, deputado Jerônimo Santana, que representa a aspiração à democracia e a oportunidade de poder eleger o seu primeiro governador após a transformação. F1 é tido como “inimigo da transformação”, “caluniador”, “que vive da desgraça de Rondônia”, “manipulador da destruição”, enfim, toda a representação lexical do contrário do sujeito de F2 implica o deputado oposicionista.

Achamos prudente enumerar os recortes discursivos oriundos dos discursos de F1, para facilitar a referência a eles. Além disso, consideramos ser necessário modificar a denominação dos enunciadores. Assim, nesta parte da análise, teremos *E* seguido pela sigla caracterizadora do sujeito do discurso e do numeral que indica a sua ordem de ocorrência:

JS1 - Queremos um novo Estado com democracia e eleições. Chega de **“biônicos”** e nomeações, já sofremos muito, pagamos altos preços pelos trinta e oito anos de **governadores pára-quadistas** em Rondônia.

(JS - 09.09.1981 – Eleições para gov. do futuro E. de RO)

JS2 - O mais grave – e o devo denunciar a esta Casa – é que esse **Coronel biônico, esse governador de proveta** a esta altura está trabalhando contra o Estado. Se for para haver eleições, ele não quer que saia o estado (...).

(JS – 11.11.81 - Elevação do TF de RO à categoria de Estado)

JS3 - Vão contratar empregos, ainda que temporariamente, para comprar os votos dos pretendentes por um emprego (...) e despedi-los após as eleições. Aliás, esse **artificialismo** é um truque que sempre fizeram nas eleições em Rondônia.

(JS.- 09.09.81- Em defesa do funcionalismo)

JS4 - O Governo, que tem o **controle absoluto** do território, deseja que ele, elevando-se a estado, permaneça ainda por longos cinco anos sob esse controle e sem eleições.

(JS – 19.11.81 – Elevação do TF de RO à categoria de estado)

JS5- O povo de Rondônia pede o Estado com eleições. O ilustre representante do PDS nesta casa até hoje se encontra em cima do muro, sem coragem de encampar o clamor de nossa gente (...) Ninguém mais agüenta os **missionários biônicos**.

(JS – 19.09.81 – Eleições para governador)

A primeira representação do *outro*, (que constitui os discursos de JS), implica no sujeito do discurso **F3** (governador Jorge Teixeira), que será portador de posições contrárias ao sujeito F1 e coincidentes com o sujeito de F2. No caso de F1, o **contrário** será representado como o *anti-democracia, anti-eleições* para governador, como uma pessoa cujas características não o habilitam para representar **Povo3**, na sua parcela constituída pela parceria partidária.

As configurações do *contrário*, neste caso, apresentam um elevado grau de generalização. O tratamento genérico desvaloriza o inimigo, desqualifica-o pela nomeação, ao mesmo tempo em que possibilita traçar-lhe um perfil negativo que justifica o processo de exclusão que sofre: *não é democrata, é inimigo do povo*, pois o povo deseja eleger o seu governador.

Percebe-se que F1 fala pelo povo de Rondônia, em JS1: “*queremos*” constitui o seu primeiro enunciador que aparece como sendo da ordem do coletivo – E1(JS1). O mesmo ocorre em “*sofremos*” e “*pagamos*”, que mostram o retorno de E1(JS1). Talvez se possa dizer que, no item lexical que representa o contrário em “*governadores pára-quedistas*”, tenhamos um segundo enunciador E2(JS1), igualmente universal, representante dos dezoito coronéis já nomeados para governar o território.

Não há muita diferença no recorte JS2 – “*esta Casa*” – que representa um enunciador coletivo, a totalidade de deputados federais e é posto em cena como E1(JS2). E2(JS2) é partitivo, individual, representado por “*coronel biônico, esse governador de proveta*” e indica o Cel. Jorge Teixeira, que retorna em “*elé*”. Vê-se o interdiscurso claramente presente, com a inserção de dois enunciadores afetados por FD antagônica no discurso de F1.

JS3 permite a inserção de vários enunciadores, quase todos oriundos da FD antagônica: “*Vão*” implica em “*eles*” que se refere aos sujeitos partidários da situação. Não se pode afirmar com certeza que o segundo grupo de enunciadores E2(JS3) situe-se numa posição de conflito em relação a F1, uma vez que “*pretendentes por um emprego*” pode referir também pessoas que dizem que votam, mas não votam em quem as empregou. Novamente tem-se a oportunidade de recorrer-se à memória discursiva para justificar o não dito, pois sabe-se que essa situação é muito comum nas eleições brasileiras. E2(JS3) retorna em “*-los*” e o retorno de E1(JS3) encontra-se também na desinência verbal de terceira pessoa, em “*fizeram*”. A representação do *contrário* aqui é uma não-pessoa discursiva, não nomeada – “*artificalismo*” - que representa uma atitude contrária aos princípios de F1 e às suas expectativas - as eleições - através de um processo de “enganar o povo com a iminência de um emprego, que lhe será tirado logo após a eleição”.

O mesmo ocorre na seqüência JS4 que, além de “*Governo*” (Federal), que coincide com E1(JS4), a expressão “*controle absoluto*” representa o item de não-consenso, ou seja, a ditadura personificada. O pronome de terceira pessoa e anafórico “*elé*” – considerado aí como objeto exposto aos “desejos” de E1(JS4), também representa, nesse caso, um item lexical do contrário, de maneira indireta. De

certa maneira, o pronome pessoal de terceira pessoa e anafórico “*elê*” também se constitui em um coletivo de enunciadores, haja vista que representa a totalidade da população do território, para a qual esse “*Governo*” representa uma ameaça ao processo democrático.

No último recorte de F1 – JS5 – o sujeito da oposição fala pelo “*povo de Rondônia*”, ocorrendo aí um processo de exclusão, do qual F1 está excluído – não se trata de “ele desejar as eleições” e sim delas serem uma aspiração unicamente do povo que ele representa na Câmara Federal. Pela primeira vez, F1 alude ao Deputado Isaac Newton, representante de Rondônia pela situação, em cujo lugar esteve Odacir Soares no ano de 1980, como já dissemos anteriormente. Coloca-o implicitamente em cena como E1(JS5), tido como “*sem coragem de encampar o clamor de nossa gente*”. De certa forma, tal personagem também figura no cenário como representante do “contrário”, uma vez que, presume-se, pela fidelidade partidária, votará contra o substitutivo de JS. Um segundo enunciador encontra-se representado em forma de grupo, em “*nossa gente*” - E2(JS5). Por fim, em “*ninguém*”, F1 fala novamente pela totalidade do povo do território, evocando um enunciado generalizante para indicar a oposição aos “*missionários biônicos*”.

No segundo domínio discursivo, F2, essa configuração discursiva se modifica. O *inimigo do povo, o inimigo do desenvolvimento de Rondônia*, é deslocado para a figura de F1, como vemos nos recortes abaixo:

- OS1 – Entendo ter chegado o momento de se por fim nessa política de **retaliações, de acusações infundadas**, (...) com fins meramente eleitoreiros, procurando denegrir a imagem do estado de Rondônia – essa nova estrela que surge na constelação da união Federal.
(OS – 22.03.1980 - Críticas à oposição)
- OS2 – (...) a partir daí, o interesse do **deputado opositor** se transfere para a busca de novas denúncias, de modo que possa encontrar-se sempre na “crista da onda” como se diz vulgarmente.
(OS – 15.08.1980 - Críticas à oposição)
- OS3 – Só um cego, **propositadamente cego** (...) pode negar que Rondônia esteja sob uma administração dinâmica e realizadora, voltada única e exclusivamente para a consecução dos objetivos por todos nós perseguidos (...) a transformação do território em Estado.
(OS – 15.08.1980 – s/t)
- OS4 – (...) tenho assistido (...) a inúmeros pronunciamentos de **destacados líderes opositores**, que a par de criticarem o governo federal e de seus agentes (...) não vejo onde esse

comportamento serve à abertura democrática (...) pelo eminente presidente Figueiredo.

(OS – 17.05.1980 – s/t)

OS5 – (...) o **deputado Jerônimo Santana** vive da desgraça de Rondônia, isto é, vive politicamente na medida em que o governador Jorge Teixeira não encontre eco para suas reivindicações em Brasília (...) torce desesperadamente para que tudo dê errado (...).

(OS – 15.08.1980 – s/t)

Em tempo, e apenas no intuito de esclarecimento, a expressão “*governadores pára-quedistas*”, que constitui a representação do contrário em JS1, é uma expressão ambígua. Na realidade, torna-se um genérico e passa a denominar todos os governadores militares nomeados durante a República Militar Brasileira. *Pára-quedista* mesmo, literalmente, era só o governador Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, que compunha o quadro de profissionais de pára-quedas do Exército Brasileiro. A partir daí, nos seus discursos, JS passa a denominar de pára-quedistas todos aqueles que vinham *de fora* para governar Rondônia, numa generalização retroativa, referindo-se, talvez, ao despreparo, ao não conhecimento da realidade rondoniense por parte dos forasteiros que, segundo ele, chegavam a Rondônia de “Boing”, isto é, completamente nos ‘ares’, alheios a toda a problemática enfrentada pela região. Tinham, apenas, a confiança do presidente Figueiredo e de Andreazza.

No primeiro recorte, OS1 fala sozinho, não dá voz a nenhum outro enunciador, embora se perceba, considerada a conjuntura, que “*retaliações?*”, “*acusações infundadas?*”, “*denegrir a imagem do estado de Rondônia?*” sejam atitudes imputadas ao sujeito de F1, deputado Jerônimo Santana. Talvez haja aí a presença de um “enunciador implícito”, instalado na memória discursiva. Em OS2, o “*deputado oposicionista?*” coloca em cena um E1(OS2) que constitui a representação do contrário, denotando a “invasão” da FD antagônica em seu discurso. E1(OS2) retorna na elipse encontrada na desinência verbal de “*possa?*”, com a mesma caracterização. Um segundo enunciador aparece, inscrito no discurso relatado pelas “*aspas?*”, uma das possibilidades da heterogeneidade marcada.

A terceira seqüência prima pelo apelo à memória discursiva: não precisa ser dito que o “*cego, propositadamente cego?*” seja o sujeito de F1, tido como “inimigo do Estado”, instaurado como E1(OS3) que, pela posição ideológica divergente, nega que Rondônia esteja “*sob uma administração dinâmica e realizadora?*”, E2(OS3), em cena representando o Governador Jorge Teixeira, também pelo viés da memória histórico-discursiva. Em “*nós?*”, F2 coloca um terceiro enunciador em cena, E3(OS3) quando, incluindo-se nele, fala pelo povo do território.

Não há apropriação explícita da voz do povo por F2, na quarta seqüência discursiva de OS – ele fala por si, como membro da Câmara Federal,

como vemos na desinência verbal expressa em “*tenho*”, mas, de uma certa forma, estando ele falando do lugar que ocupa no Congresso, mesmo tendo sido eleito apenas para a suplência, nesse momento representa o povo de Rondônia, naquele legislativo. Dá a voz a um grupo de enunciadores E1(OS4) que, na realidade é constituído, veladamente, por um só sujeito: o sujeito de F1. Um segundo e último enunciador, E2(OS4), está presente na voz do “*governador Jorge Teixeira*”, contra o qual trabalha E1(OS4), que é sua representação no não-consenso.

Viu-se que as análises anteriores mostram modalidades diferentes que a língua põe à disposição do sujeito do discurso, a partir das quais se instauram funcionamentos discursivos diversos. Assim, não só o sujeito é objeto de *dispersão* (Foucault, 1986). Também o **outro** é assim construído. E a partir daí, as diferentes configurações do *outro* apontam para *trabalhadores, classes produtoras, sociedade civil organizada*, entre outras.

Vimos que o **outro** é sempre constitutivo de todo discurso e que, apesar de o sujeito da enunciação desejar compulsoriamente expulsá-lo do interior do seu espaço discursivo pelo procedimento da exclusão, não o consegue. Assim como o sujeito pode encontrar brechas para a sua manifestação no discurso, também o **outro** pode aí abrir uma fenda e imiscuir-se no espaço discursivo. Ele passa a ser elemento necessário para que se instaure o **interdiscurso** que, pelo viés da relação discurso/ sistema/história e, assim, do pré-construído, instaura a heterogeneidade constitutiva, do nível do inconsciente (o *outro* desconhecido), do ideológico e, portanto, do sujeito a confrontos.

Esse *mise-en-discours* que obriga os sujeitos discursivos a posicionarem-se de acordo com o lugar ideológico que ocupam, sujeitos às condições de produção que lhes são pertinentes, ligados inconscientemente a uma instituição, permite-nos tomar esses fatos da linguagem como exemplo de um discurso mais amplo agora, que já estamos em uma época de “normalidade” democrática.

4.4. O funcionamento discursivo da negação

Antes de iniciarmos esta parte de nossa análise, vale a pena ressaltar que as marcas da *heterogeneidade mostrada*, da qual vamos tratar em relação ao fenômeno da *negação*, apresentam um duplo efeito, pois ao mesmo tempo em que delimitam o discurso do *outro*, escondem sua presença constitutiva (Authier, 1989).

Para a análise de nosso *corpus*, o estudo da negação é imprescindível, pois há nele muitas marcas desse funcionamento discursivo, procedimento de representação do outro, de desqualificação do discurso do outro. Seu exame permitirá investigar a presença do *pré-construído* como pista do interdiscurso nos discursos da Câmara Federal. A negação é, portanto, um dos processos de

internalização de enunciados que procedem de outros discursos.

Vejamos, sumariamente, em que consiste o fenômeno da *negação*. É necessário distinguir, em um enunciado negativo, duas proposições: “uma proposição primeira e uma outra que a nega” (...) (Mainueneau, 1989:80). Ou seja, para que se possa negar uma proposição, é necessário antes estabelecer uma operação de identificação, que encaminha à investigação da negação como fenômeno lingüístico. Mas, em nosso caso, procuraremos examinar como a negação funciona no discurso.

Culioli (1990:101), em sua operação de representação, examina três tipos de relações que ela envolve, a saber: *a relação de identificação*, cuja representação situar-se-ia em torno de uma espécie de “núcleo”; *a relação de alteridade*, que coloca a representação em domínio estruturado em zonas (interior, exterior, limítrofe) e *a relação com um ponto enunciativo*, que permite calcular valores de referência e regulação a um enunciador que constrói sua posição a partir da representação considerada, bem como construir a posição atribuída a um co-enunciador. O primeiro caso relaciona-se com a operação de identificação, o segundo induz a uma ruptura e, concomitantemente, à construção de uma alteridade. A identidade pressupõe a relação com o lugar enunciativo do sujeito no discurso, da mesma forma que a alteridade pressupõe *o outro* e seu lugar de enunciação.

É uma predicação afirmativa que o sujeito do discurso faz, quando pode e deve dizer o que diz do seu lugar social, identificando, assim, seu dizer com o saber da FD que o afeta. Quando sua predicação é negativa, pode caracterizar três operações de negação: *interna*, *externa* e *mista*. A nossa análise centralizar-se-á apenas na negação externa, por incidir sobre um discurso que provém de uma FD adversa, fato observado, continuamente, entre os sujeitos do discurso F1 e F2.

4.4.1. A negação externa

Essa modalidade da negação estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos. Incide sobre um enunciado proveniente de FD2 (F1) e FD1 (F2) e apresenta dois tipos diversos: **a negação do discurso do outro** e **a negação do pré-construído do discurso do outro** (Culioli, 1990).

4.4.1.1. A negação do discurso do outro

São duas as características do primeiro funcionamento da negação: primeiro, a marca da negação é *explícita*; segundo, o discurso do outro é *implícito*.

Consideraremos como itens lexicais representativos da negação, o advérbio de negação **não**, prefixos de negação **in-**, enfim, todas as formas de negação estarão reunidas sob a designação de **negação** e a forma **não** terá efeito genérico de sua representação. Vale lembrar que, nesta parte, F2 será representado pelo presidente João Batista Figueiredo e, no Território, pelo Coronel Teixeira.

Veremos como funciona este tipo de negação somente nos recortes do sujeito do discurso F1:

JS1 - O Governo, com sua iniciativa de eliminar o domicílio eleitoral em Rondônia, desprestigia e desestimula as iniciativas partidárias do novo estado, dando a idéia de que seremos Estado, mas **não** teremos condições de autogoverno (...)
(JS – 17.09.1981 – Reflexão sobre o pleito eleitoral em RO)

JS2 -(...) será **in**constitucional criar um estado e, no ano das eleições continuar nomeando governador para esse estado, como se ele fosse ainda um território.

JS3- O que admira e consterna é o Sr. Presidente da República **não** se ter apercebido de tamanhas **in**constitucionalidades no seu projeto de lei, enviado a essa Câmara.
(JS – 15.09.1981 – Eleições em Rondônia)

JS4 -Essa tutela se mostra na falta de autonomia destas Unidades, onde não se permitem eleições para cargos executivos e para nomear governadores **nunca** se exigiu que tenham eles domicílio eleitoral no território, cujos governos ganham por decreto e na bandeja, sem conhecer sequer um só eleitor das Unidades que vão governar.
(JS – 17.09.1981 – Reflexão sobre o pleito eleitoral em RO)

Percebe-se que o discurso do *outro* não foi explicitado. Em JS1, o dito por F2 transforma-se no não-dito por F1, por ser parte do discurso de Figueiredo. O operador de negação vem precedido do operador argumentativo “*mas*”, o que implica em pressuposição: dizer que ‘*somos estado*’, implica dizer que ‘*teremos eleições*’ (haja vista a política da abertura democrática), ou seja “dizer algo torna-se fazer algo” (Austin,1990:114). O operador argumentativo ‘*mas*’, entretanto, provoca uma ruptura na expectativa criada pelo que foi dito antes. Ducrot (*apud* Guimarães,1989:32), afirma que “quando A é verificado, C o é também”.

F1, ao afirmar, usando a voz do presidente, que “(…) *a idéia de que seremos estado (...)*”, refuta-a e nega-a através do *mas* argumentativo, que também é atribuído à voz presidencial, a ele emprestada.

Pelo exposto, percebe-se que a negação ocupa lugar privilegiado entre os marcadores de refutação por manifestar explicitamente a existência de uma contradição com o que foi previamente asserido.

A negação *externa* estabelece uma região limítrofe entre o discurso de F1 e o discurso do presidente (P), que constitui o *discurso-outro* em nossos recortes. Esse último é implicitamente marcado no discurso de F1. Assim, F1 nega F2, que está implícito em P, como já foi dito. O funcionamento desse implícito transforma o *discurso do outro*, P, em *contrário* de F1.

Em JS2, se transformarmos a negação em afirmação, teremos condições de verificar que o *discurso-outro* não é explicitado:

JS2a - Criar um estado e no ano das eleições continuar nomeando governadores, como se ele ainda fosse território é constitucional.

Essa asserção aponta para o que “não deveria ser” o discurso de P, uma vez que P é a representação do Presidente da República e, como tal, deve respeitar o que preconiza a Constituição. O que ocorre, entretanto, é que em JS2, o discurso de P é exatamente esse, implicitamente. O dito por F2(P), transforma-se no não-dito por F1, sendo, pois, constitutivo do discurso presidencial P, não perceptível em sua materialidade discursiva – o dito de P(F2) é negado por F1 e aparece aí, como componente do interdiscurso específico que determina P.

É necessário que F1 refute F2(P) se quiser instaurar-se, haja vista que o dizer de F2(P) permanece não-dito, oculto. A negação, neste caso, estabelece fronteiras entre o que pode ser dito e o que deve ser refutado. Trata-se do *princípio de antítese*, sobre o qual o discurso se constrói, atravessado pela exclusão do seu *Outro* (Fiorin, 1988: 129).

Pêcheux (1988:166) trata do *discurso transverso* – é nessa modalidade que se inscreve a articulação dos enunciados pré-construídos ao discurso do presidente em JS, indicado pela negação externa. Para o autor, “o discurso transverso põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a FD que o assujeita”. O que se dá em nosso corpus, pelo viés da negação, é aquilo que Courtine (1981:105) chama de “modo de figuração do interdiscurso na formulação”, pois articula entre si “elementos de identificação contrastiva”.

Nas seqüências analisadas ocorrem dois enunciados heterogêneos um em relação ao outro: o enunciado pré-construído, proveniente de F2(P), oculto, funcionando como objeto de refutação, articulado ao enunciado de F1, através da negação de F1, que funciona, aí, como falsificador do *discurso-outro*.

4.4.1.2. A negação do pré-construído do outro

Pêcheux (1988:170), diz que é no reconhecimento mútuo

entre os sujeitos e o Sujeito, que “o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa (...) . (...) compreender que o pré-construído remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, aos conteúdos do SU suporte da identificação”. O que nos interessa, agora, é a negação não dos enunciados pré-construídos do discurso de F2, mas dos *enunciados pré-construídos provenientes do interdiscurso de F2*.

Em JS3, percebe-se que além de o discurso do *outro* não ser explícito, a negação incide sobre o *não-dito do outro discurso*. Ou seja, a negação incide sobre o não-dito de F2. Nesse recorte, mais de um enunciado pré-construído pode estar sendo visado pela negação de F1, resumidos em: “*o presidente, que elaborou o projeto de lei complementar que cria o Estado de Rondônia, percebeu a sua falha, pois, para ser verdadeiro, o projeto deve obedecer ao que preconiza a Constituição*”.

Em JS4, ocorre o mesmo discurso: “a autonomia do território/estado deve ser respeitada, deve-se permitir as eleições para governador, pois as mesmas acontecerão pelo viés da abertura democrática em todos os estados; por fim, deve-se exigir que também em Rondônia os candidatos aos cargos eletivos devam ter seu domicílio eleitoral lá fixado, o que é previsto por lei”.

Nessas duas últimas seqüências, não há a internalização do *discurso do outro* sob o discurso transversal. Há, sim, uma operação de *negação do(s) pré-construído(s) do outro*, que não interioriza o discurso sobre o qual incide, por não tratar-se de formulação de F2. Em JS3, o pré-construído, historicamente constituído, reside no fato de que um presidente da República deve conhecer a Constituição do país que governa e agir de acordo com o que ela preconiza. Em JS4, o pré-construído diz que um indivíduo, ao pretender candidatar-se a qualquer cargo eletivo, deve ter seu domicílio eleitoral registrado na região a qual pretende representar, pelo menos por um ano antes da sua inscrição como candidato.

Os dois tipos de negação externa analisados estão inseridos na fala de Maingueneau (1989:120) que afirma: “um enunciado de uma formação discursiva pode ser lido em seu ‘direito’ e em seu ‘avesso’: em uma das faces, significa que pertence ao seu próprio discurso; na outra, marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos”. E o autor acrescenta que a interdiscursividade é constitutiva porque um discurso nasce de “um trabalho sobre outros discursos”.

Assim, podemos resumir o que foi dito: *a negação do discurso do outro* produz uma complementariedade contrastiva entre F1 e F2, enquanto a *negação do pré-construído do outro* instaura um efeito de flexibilidade distorcida entre F1 e F2.

CONCLUSÃO

Após as análises efetuadas ao longo do percurso percorrido, tentamos explicitar as nossas reflexões teóricas e situar o lugar de onde pretendíamos fazer a leitura de uma prática discursiva – os discursos da emancipação política do Estado de Rondônia – para verificar o seu funcionamento concreto. Consideramos que os discursos políticos foram analisados em diferentes aspectos: na sua interioridade, considerada como representação da subjetividade; na sua relação com a exterioridade, considerada como representação da heterogeneidade e, portanto, da interdiscursividade e, finalmente, também inserido na questão da heterogeneidade, a negação/refutação do discurso do outro.

Vimos como a exterioridade mobilizada pela relação de confrontos entre FD1 e FD2 foi presidida interdiscursivamente por uma memória que remete as oposições para a posição do Outro enquanto diferença necessária para a confirmação do Mesmo. Paralelamente, o inverso – a remissão da direita para a posição do Outro – o contrário – é também diferença necessária para a reafirmação do Mesmo.

Entendemos a dimensão do político como relacionada às práticas de constituição e organização do poder nas formações sociais, sendo que uma dessas práticas relaciona-se ao ato de ‘tomar a palavra’ com o objetivo de legitimar, sedimentar certos sentidos e apagar outros. Isso posto, não desvinculamos a política dos processos de produção de sentidos da prática política que pode “pelo discurso transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (Henry, 1990:24).

na luta política, ideológica e filosófica as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos(...) Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco : a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. (...) O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político.
(Althusser, apud Pêcheux, 1988:210)

No universo discursivo analisado, NÓS é dotado de um referencial muito difuso, que permite a instauração não só da indeterminação, como também da ambigüidade que decorre do fato de uma mesma forma poder apresentar referentes tão diversificados. Parece lícito afirmar que ocorre uma dicotomia na atribuição do papel do povo rondoniense pelos políticos, dicotomia que se projeta sobre os diferentes níveis referenciais de NÓS: NÓS1 e NÓS2 são detentores dos direitos. Os deveres são o privilégio de NÓS3. NÓS5 representa uma zona de forte

ambigüidade porque, nesse nível, direitos e deveres são distribuídos em função da *não-pessoa discursiva* associada ao sujeito: algumas são cumuladas de direitos enquanto outras recebem apenas os deveres.

Todo esse vai-e-vem de direitos e deveres culmina com o apagamento discursivo do povo rondoniense que, por sua vez é consequência de seu apagamento político: ele não é nomeado, porque foi desqualificado pela desapropriação que sofreu no que tange aos seus direitos cívicos. A dimensão do povo rondoniense neste universo discursivo é de redução à configuração de *não-pessoa discursiva*, o que convinha plenamente às condições de produção do discurso da época da ditadura militar.

Assim como NÓS, POVO também possui, como se pôde perceber, um quadro referencial muito amplo, resultando daí um grau de ambigüidade bastante elevado, que converte este item lexical em um instrumento político muito eficaz. Por meio dele mobilizam-se o apoio, a colaboração, a força de trabalho, o sacrifício de um *outro* aparentemente genérico mas que, de fato, possui especificidade variada. O item lexical **povo**, semanticamente multifacetado, desempenha papel essencial no jogo enunciativo de F1 e F2. Por meio dele, constrói-se a ilusão de um discurso cujo sujeito leva em conta a interlocução política, seja assumindo a função de *porta-voz* de POVO1 ou de *mediador* de POVO2, seja ainda relatando o discurso de POVO5.

No jogo enunciativo do *corpus* em análise, ao empregar POVO1 sugere-se que se trata de POVO3. Desse modo, a representação do *outro* como povo reflete sobre o sujeito de F2 e põe em relevo sua imagem de democracia, o que encobre a relação de dominação que lhe subjaz. Em outras palavras, F2 simula, por meio de seu discurso pró-ditadura, exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida sua imagem democrática. A ambigüidade de POVO tece seu campo político: a interpelação do povo mobiliza seu sentido historicamente cristalizado e assim o sujeito de F2 instaura a ilusão de um discurso democrático pela tomada da palavra que, ao fazer-se em nome do povo, reveste-se de legitimidade.

As representações lexicais de *povo* e do *contrário*, na construção discursiva do *outro* grande variedade e multiplicidade de suas configurações, resultando, daí, um *outro* fragmentado, difuso e disperso.

Povo é portador de sentidos historicamente construídos, cuja representação é evocada na memória social. O sentido histórico de *povo* ajusta-se ao processo semântico do discurso de emancipação, em época de ditadura. Desse modo, na fala de F1, a representação do *outro* como **povo** traz a idéia de apoio total e irrestrito à emancipação com eleições para governador. Tal representação reforça a imagem dos deputados democráticos que F1 e F2 pretendem projetar no imaginário social. A contrapartida desse jogo ilusório do discurso democrático do sujeito do discurso está na representação do *outro* como *contrário*.

Finalizando, os dois funcionamentos da negação externa – a

negação do discurso do outro – o discurso do outro transforma-se em não-dito do discurso de emancipação, nele aparecendo sob a modalidade de discurso transversal. A negação do *pré-construído do outro*, incide sobre o não-dito de F2, não podendo, portanto, ser internalizado por F1. A negação, assim, apenas introjeta em F1 um reflexo distorcido do não-dito de F2.

Pode-se entender os dois tipos de negação externa analisados na concepção de Maingueneau (1989:120), como um processo de interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca. Trata-se de um processo de “tradução” generalizada, ligada a uma ‘interincompreensão’ de uma FD para outra. De modo que um enunciado pode “ser lido pelo seu ‘direito’ e pelo seu ‘avesso’: em uma das faces significa o pertencimento a seu próprio discurso e sobre a outra demarca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos” (Maingueneau, 1991:163). E o autor acrescenta que a interdiscursividade é constitutiva, o que significa que um discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos.

Examinamos o trabalho de F1 sobre F2 sob a modalidade de *negação externa*. Os dois tipos de trabalho discursivo que essa modalidade implica podem ser resumidos da seguinte maneira: a negação do discurso do outro produz um efeito de complementariedade contrastiva entre F1 e F2, enquanto a negação do *pré-construído do outro* instaura um efeito de reflexibilidade distorcida entre ambos. Os efeitos discursivos que o trabalho de F1 sobre F2 instaura através do funcionamento da negação externa são esses que apresentamos.

As nossas hipóteses confirmam-se. Quando a negação incide sobre o *discurso do outro* ou sobre o *pré-construído do discurso do outro*, afetado por FD2, o sujeito das seqüências discursivas negativas parece ser o porta-voz de todos aqueles que são afetados por FD1, estabelecendo-se o consenso entre todos os indivíduos que se identificam com a *emancipação com nomeação* e que se opõem àqueles que dela se excluem, identificando-se com a *emancipação com eleição*. Fiorin afirma que “a presença de um único enunciador garante uma certa homogeneização do discurso” (1988:19). Esse consenso resume-se em negar um discurso antagônico, de neutralizar as possíveis diferenças em face da concentração de esforços que o obstáculo externo obriga.

Diante do exposto, concluímos que não há discursos fechados e incomunicáveis. Os discursos interpenetram-se constantemente, instaurando espaços privilegiadamente heterogêneos. O que ocorre são efeitos de homogeneidade ou de heterogeneidade, produzidos em função do modo como a linguagem é mobilizada pelo sujeito do discurso em seu trabalho de construção de sua representação, representação que faz do *outro* e da relação que estabelece com o *discurso-outro*.

ABSTRACT

This paper is intended to review a historic period of the ancient Rondonia Federal Territory, aiming to clear the discourse practices from that time, directed to the state emancipation process. Therefore, nothing is more adequate than Discourse Analysis, once it permits to work with history and linguistics at the same time. The analysis proposition in this paper is affiliated to the French Discourse Analysis line, where the *how to say* is the leading line to sense comprehension. Considering the opacity of language and the fact that produced senses are originated in the language, inscribed in history, understanding will be sought by the discourse of subjects and situations involved in the Rondonia state emancipation process, inscribed in different discourse formations: in the one hand, the military dictatorship maintenance - where the election process interdiction was a practice of those who owned the power, and by the other hand, the trial to install democracy in the future state, with direct elections for every government position, as stated in the 'democratic overture' by the then president João Baptista Figueiredo.. We are, then, in the chronological period comprehended between 1979 and 1981.

The paper is constituted by four chapters. In the first one its theme is presented and the problem is raised. The second chapter is the preparation for the analysis and is constituted by the exposition of theoretical and methodological questions which will base the whole work. In the sequence, the third chapter will present the conditions to the emancipation process production, and will be divided in two parts, the first treats a legal and comparative analysis of the two terms in question - territory and state -, their conflicting aspects are highlighted; in the second part, historic elements about Rondonia and its preparation for emancipation are treated. Finally, a fourth chapter is presented with the analysis of the discourse that constitutes the studied corpus. In this part are the speeches by Jeronimo Garcia de Santana - pro-democracy federal deputy, affiliated to the ancient MDB (today PMDB) and by Odacir Soares - pro-dictatorship federal deputy, both representing Rondonia in the Senate.

At this part, comprehension is sought of who are the so called "we", so many times evoked in speeches of involved deputies and what these sayings produced as sense effects and as efficiency in dividing the power. Then, the number of senses "we" can have, in different referential levels, that is, related to the system, to the collectivity of rondonians, or even to determined segments of society will be seen. "People" is another term to be investigated, always focusing the question of heterogeneity, and, at last, of discursive functioning of negation, many times present in the discourse of involved deputies, as well as some words of the then territory governor Jorge Teixeira de Oliveira. Political persuasion games will be viewed

regarding to their power of deleting or not what was democratic at the specific military government time.

Places in which these sense effects are formed are finally treated, as well as the comprehension of their working mechanisms. Besides, means to better comprehension of this political phase of Rondonia state, are analyzed, not only in the way it is told, but the way it is told by the ones who took part in it, the way it is done, being done in this or that way.

KEY WORDS: 1. Speech Analysis. 2. Emancipation. 3. Dictatorship. 4. Democracy.

BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, Pierre (1983) “Memória e Produção Discursiva do Sentido”, in ACHARD, P. et alii, *Papel da Memória*: trad. e introd. José Horta Nunes, Campinas- São Paulo: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, L. (1918). *Aparelhos Ideológicos de estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.
- AUSTIN, J.L. (1990). *Quando dizer é fazer : palavras e ação*. Trad. de Danilo M. S. Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- AUTHIER-REVUZ, J (1982). “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours”. Em *DRLAV-Revue de Linguistique*, 26. Pp. 91-151.
- AUTHIER-REVUZ (1990). “Heterogeneidade(s) enunciativas(s)” In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): 25:42, Unicamp, IEL, jul-dez.
- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo: Hucitec. 1981.
- BAKHTIN, M (1979). “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad de Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BALEEIRO, Aliomar.(1970). *Tratado de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- BRAIT, B. (1998) “O texto irônico: fundamentos teóricos para leitura interpretação”. In: *Letras, Propostas de Estudos Avançados em Lingüística e Literatura - UFSM*, p.13.
- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. II. Trad. Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas São Paulo: Pontes.
- COURTINE, J.J.(1981a). “Quesques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langage* (62) . Paris.

- COURTINE, J.J. & MARANDIN, J.M. (1981b) “Quel objet pour l’analyse du discours?” In: *Matérialités discursives*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- CRETELLA JR. (1957). *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro. Ed. Nacional.
- CULIOLI, Antoine(1990).*Pour une linguistique de l’énconciation: operations et_representations*. Paris, Ophrys.
- DUCROT, O.(1977) *Dizer e não dizer. Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, O.(1987). *O Dizer e o Dito*, Campinas, São Paulo: Pontes.
- DE CERTEAU, M.(1995).“A operação histórica”. In: LE GOFF, P. & NORA, P. *História. Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- FIORIN, J.L. (1988). *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. 1ª ed. São Paulo: Atual.
- FOUCAULT, M.(1969). *A Arqueologia do Saber*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. (1971). *A ordem do discurso*. Trad. Sírio Possenti. Ijuí, FIDENE, 1973.
- FONSECA, João Severiano. (1875). *Viagens ao Redor do Brasil*. Vol.II, p.278.
- GADET, F & HAK, T. (org.)(1990). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas, São Paulo. Ed. da Unicamp.
- GAULD, C. (1972). *O último Titã*. Glenwood Publishers. Tese de Doutorado, pp. 129-139. USP: São Paulo.
- GEFFROY, Annie.(1985). “Les nous indistincts”. In: *Mots*.(10), Paris, mars.
- GINZBURG, Carlo (1939). *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUESPIN, Louis.(1985).“Nous, la langue et l’intéracion”. In: *Mots*.(10). Paris, mars.
- HAROCHE, C. (1975).*Fazer dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec.
- HENRY, Paul (1985) “Sentido, Sujeito, origem”. In: ORLANDI, Eni (1993).(org).*O Discurso Fundador* Campinas, São Paulo: Pontes, p.151.

- HUGO, V. (1995) *Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé*. 1ª ed. Brasília: Ed. Ser.
- INDURSKY, Freda (1997). *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp.
- JAKOBSON, Roman (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1955). *Tristes Tópicos*. Trad. Jorge Constante Pereira. Lisboa, Portugal: Ed. 70.
- LIMA, M.E. A.T. (1990). *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp.
- MAINGUENEAU, D.(1983) “Sèmantique ‘globale’et Idéologie. Le discours ‘doux’de l’humanisme dévot face au jansénisme”. In: *Mots*, nº 6.
- MAINGUENEAU, D.(1984) *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga.
- MAINGUENEAU, D (1987) *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas São Paulo: Pontes, 1993. (trad. de Nouvelles tendances en analyse du discours).
- MAINGUENEAU, D (1990). “Análise de Discurso: a questão dos fundamentos” *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19.Campinas São Paulo: IEL, Unicamp. pp.65-74.
- MARIANI, B.S.C. (1988). *Imprensa de 1930 e memória história: uma questão para a Análise do Discurso*. Tese de Mestrado. IEL. Unicamp.
- MATIAS, F. (1998) *Pioneiros: ocupação Humana e trajetória política de Rondônia*. Porto Velho, RO: Ed. Maia.
- MAXIMINIANO, Carlos (1918) *Comentários*. Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Océlio de (1946). *Administração Territorial: Comentários, Subsídios e novas Leis*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MEDEIROS, Océlio (1944). *Territórios Federais*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito.
- MENEZES, Eron Penha de (1980). *Retalhos para a História de Rondônia*. Porto Velho: Imprensa Oficial do Estado de Amazonas.

- ORLANDI, E.P. (1984) “Segmentar ou cortar? *Série Estudos Uberaba*,(10): 9-26 Faculdade de Uberaba, MG.
- ORLANDI, E.P. (1989) *Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo*. Eni Orlandi, Eduardo Guimarães, Fernando Tarallo. São Paulo: Cortez.
- ORLANDI, E.P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento_2ª* ed. rev e aum. Campinas, São Paulo: Pontes.
- OSAKABE, H. (1979). *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kayrós.
- PÊCHEUX, M. (1969) “Análise automática do discurso (AAS-69)”, In: GADET, F & HAK, T (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993, pp61-161.
- PÊCHEUX, M (1988) *Semântica e Discurso*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp.
- PÊCHEUX, M.(1990) *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1983) “Análise do discurso: três épocas”. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. & FICHANT, M.(1969). *Sobre as história das Ciências*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- PÊCHEUX, M e FUCHS, C. (1975) “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET, F & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas-São Paulo: Pontes, Ed. da Unicamp, 1993: pp 163-252.
- PINTO, Emanuel Pontes (1993). *Rondônia. Evolução Histórica: A Criação do Território Federal de Guaporé, fator de Integração Nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- PINTO, Roquete (1986). *Rondônia_ 3ª* ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- POSSENTI, Sírio (1986). *Discurso, Estilo e Subjetividade*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- POSSENTI, S (1990a). “Apresentação da análise do Discurso”. In: *Glotta*, 12. São José do Rio Preto, UNESP, pp. 45-59.

- POSSENTI, S. (1990b) “Perguntas em torno de quatro temas” In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 19. Campinas, IEL, Unicamp, pp.97-115.
- POSSENTI, S. (1993). “O dado dado e o dado dado”. Apresentado em Seminário do Projeto de Aquisição da Linguagem. Campinas, Unicamp/IEL.
- RICARDO, Cassiano (1959)*Marcha para o Oeste*. 3ª.ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editores.
- SAUSSURE, F. de (1974). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix.
- SEVERIANO DA FONSECA, João (1875).*Viagem ao redor do Brasil*, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.